DIARIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XL— 13° DA REPUBLICA — N. 119

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA 23 DE MAIO DE 1901

SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO :

Decreto n. 4.020, que crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campina, na Parahyba.
Ministerio da Justica e Negocios Interiores—Decretos de 18 do corrente.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justica e Negocios Interiores—Expediente de 20 do corrente das Directorias da Justica e do Interior—Expediente de 20 e 21 do corrente da Directoria de Contabilidade—Policia do Distrito Federal.

Ministerio da Fazenda—Additamento ao de 18 e expediente de 21 do corrente da Directoria do Expediente do Thesouro Federal—Recebedoria—Relatorio da Commissão do Tombamento dos Proprios Nacionaes.

Ministerio da Guerra — Portarias de 20 do corrente—Requerimentos despachados.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Expediente de 20 a 22 do corrente e requerimentos despachados da Directoria Geral de Contabilidade—Expediente de 20 e 22 do corrente e requerimento despachado da Directoria Geral da Industria.

SECÇÃO JUDICIARIA—Sessão do Supremo Tribunal Federal

NOTICIARIO.

RENDAS PUBLICAS — Rendimentos da Alfandega do Rio de Janeiro, da Recebedoria e da Recebedoria do Estado de Minas na Capital Federal.

EDITAES E AVISOS.

PARTE COMMERCIAL.

PATENTES DE INVENÇÃO.

ANNUNCIOS.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 4.020—DE 18 DE MAIO DE 1901

Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campina, no Estado da Parahyba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na guarda nacional da comarca de Campina, no Estado da Parahyba, uma brigada de cavallaria, com a designação de 7ª, a qual se constituirá de dous regimentos, sob ns. 13 e 14, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 do maio de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio Pessoa.

Ministerio da Justica e Negocios Interiores

Por decretos de 18 do corrente mez :

Foi designado o estado-maior do comando superior da guarda nacional do Estado da Bahia para a elle ficar aggregado, conforme pediu e nos termos do art. 45 do decreto n. 1.130, de 12 de março de 1853, o te-

nente-coronel commandante do 69º batalhão de infantaria da mesma milicia na comarca de Itaparica, no dito Estado, Innocencio Muñoz de Araujo Góes.

— Foram nomeados para a guarda nacional :

ESTADO DE MINAS GERAES

Comarca de Ayuruoca

375º batalhão de infantaria

Estado-maior—Capitão-ajudante, José Francisco Soares;

Tenente-secretario, Augusto Ernesto Pereira;

Tenente-quartel-mestre, Francisco Luiz de Souza;

Capitão-cirurgião, José Pereira da Silva Marques.

1ª companhia—Tenente, José Custodio da Silva;

Alferes, José Moreira Mendes e Sabino Augusto Pereira.

2ª companhia—Tenente, Victor Leonel de Souza.

3ª companhia—Tenente, Domingos dos Reis Villela;

Alferes, Joaquim Antonio Nunes e Joaquim de Souza Ramos.

4ª companhia—Capitão, João Evangelista da Silva;

Tenente, Joaquim Leonel de Souza;

Alferes, José Pereira de Mello Paranhos e José Seraphim Leal.

125º batalhão da reserva

Estado-maior—Major-fiscal, Joaquim Lourenço Martins de Lima Botelho.

1ª companhia—Tenente, Fausto Firmino de Castro.

93º regimento de cavallaria

2º esquadrão — Capitão, João Baptista Vieira.

3º esquadrão—Tenente, Moysés de Assis Vieira.

94º regimento de cavallaria

Estado-maior — Major-fiscal, Samuel Baptista Nunes.

ESTADO DA PARAHYBA

Comarca de Campina

7ª brigada de cavallaria

Coronel commandante, Mariano da Costa Araujo Japiassú.

Estado-maior — Capitães-assistentes, Augusto da Costa Araujo Japiassú e José da Costa Araujo Japiassú;

Capitães-ajudantes de ordens, André Bazilio Japiassú e Severiano Othonio Japiassú;

Major-cirurgião, Hugo Bezerra de Santa Cruz Oliveira.

13º regimento de cavallaria

Estado-maior—Tenente-coronel commandante, Manoel Palmeira de Souza;

Major-fiscal, Octaviano Octavio Japiassú; Capitão-ajudante, Francisco Palmeira de Souza;

Tenente-secretario, Antonio Pernambuco Japiassú;

Tenente quartel-mestre, Malaquias Francisco de Souza;

Capitão-cirurgião, Jacintho Palmeira de Souza.

1º esquadrão—Capitão, Antonio Gomes de Araujo;

Tenente, Manoel Thomaz Curvello; Alferes, João Palmeira de Souza e José Florencio da Silva.

2º esquadrão — Capitão, Domingos Henriques de Faria;

Tenente, Felix Honorato Brandão; Alferes, Rogerio das Chagas Manço e Manoel Rodrigues de Freitas Sobrinho;

3º esquadrão—Capitão, Antonio Reynaldo do Rego;

Tenente, Manoel Clementino Lima; Alferes, Manoel Clementino Filho e José Gomes de Araujo.

4º esquadrão—Capitão, Manoel Corrêa de Souza Filho;

Tenente, José Francisco Bidoela; Alferes, Paulino Bezerra da Silva e Cezario Alves Conserva.

14º regimento de cavallaria

Estado-maior — Tenente-coronel commandante, Zeferino Alves Feitosa;

Major-fiscal, Pedro Leit: Monteiro;

Capitão-ajudante, Frederico Cordeiro de Mello Wanderley;

Tenente-secretario, Aureliano Cordeiro de Mello Wanderley;

Tenente quartel-mestre, João Leite Monteiro;

Capitão-cirurgião, João Cordeiro de Carvalho.

1º esquadrão — Capitão, Antero Torreão Junior;

Tenente, José Thomaz da Silva; Alferes, José Monteiro de Lima e Manoel Curvello de Souza.

2º esquadrão—Capitão, Manoel Pedro de Amorim;

Tenente, Antonio Freire dos Santos;

Alferes, Joaquim Batinga Filho e José Alexandre de Mello.

3º esquadrão—Capitão, Firmino Monteiro da Silva;

Tenente, Antonio José dos Santos; Alferes, Joaquim Rodrigues Freitas e José Braz de Macedo.

4º esquadrão—Capitão, José Victorino de Alencar Portella;

Tenente, Samuel Corrêa de Souza; Alferes, Adolpho Bonavides Samuel e Joaquim Honorato Brandão.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Expediente de 20 de maio de 1901

DIRECTORIA DA JUSTIÇA

Declarou-se ao coronel commandante da 13ª brigada de cavallaria da guarda nacional da comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo, em solução á consulta constante do officio de 6 do corrente mez, que, de accordo com a doutrina do aviso de 15 de abril de 1899, as patentes dos officiaes da guarda nacional cujos corpos não tiverem sua séde na capital do Estado deverão ser registradas no commando da respectiva brigada e no do corpo a que pertencer o official; cumprindo aos commandantes das mesmas brigadas dar conhecimento desse facto ao commando superior na Capital, para os necessarios assentamentos.

—Recomendou-se ao commandante da brigada policial providencia affm de que, conforme socilita o director do Musco Nacional, em officio n. 54, de 14 deste mez, seja elevado a doze, si for possível, o numero de praças da mesma brigada alli em serviço.

—Remetteram-se:

Ao presidente do Supremo Tribunal Federal, para seu conhecimento, o officio do juiz federal na secção do Amazonas, relativo ao facto de achar-se ausente, sem licença, o respectivo juiz substituto bacharel Octaviano de Siqueira Cavalcanti;

Ao juiz da 1ª Pretoria, para os fins indicados no art. 8º do regulamento annexo ao decreto n. 9.886, de 7 de março de 1888, cópia do termo lavrado a bordo do paquete nacional *Ladario* e relativo ao nascimento de Americo, filho legitimo de Manoel do Prado e Rosa Martinez do Prado, occorrido em viagem de Corumbá para o porto de Montevideo;

Ao general commandante da brigada policial, para os fins convenientes, o processo, julgado pelo Supremo Tribunal Militar, e relativo ao soldado da mesma brigada Roque José da Silva.

Rectificação

O official da guarda nacional desta Capital, cuja nomeação foi revogada por decreto de 18 de maio corrente, chama-se João Antonio Novaes e não João Antonio Noval, como publicou o *Diario Official* do 22 do mesmo mez.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores —Directoria da Justiça—Capital Federal, 20 de maio de 1901.

Sr. Presidente do Estado do Rio de Janeiro —O juiz de paz do 5º districto dessa Capital consultou, em officio de 1 do corrente mez, sobre os seguintes pontos do regulamento do registro civil:

1º, qual a repartição competente para receber o producto das multas, ou si estas, segundo a praxe ali estabelecida, são percebidas pelo official do registro;

2º, qual o procedimento no caso de reincidencia por parto daquelles que tem obrigação de dar ao registro algum nascimento ou obito, dentro dos prazos marcados nos arts. 53 e 54 do regulamento n. 9.886, de 7 de março de 1888;

3º, qual a providencia para o caso de fôrse dado a registro uma criança e de haver ulteriormente desaparecido o livro respectivo sem que se haja passado certidão do assento.

Declaro-vos, para que vos dignéis communicar áquelle juiz, que a execução do referido regulamento está a cargo do Poder Judiciario; todavia, entende este Ministerio:

que o producto das multas impostas deve ser recolhido ás repartições estaduais que estiverem iacumbidas da arrecadação das rendas do orgamento federal, como foi decidido por aviso n. 6, de 17 de janeiro de 1893, dirigida a essa presidencia;

que a multa estabelecida no art. 50 deve ser imposta pelo juiz de paz e elevada ao dobro, tantas vezes quantos forem os casos de reincidencia, com recurso para o juiz de direito, nos termos do art. 51;

finalmente, que os interessados devem justificar perante o juiz municipal, de conformidade com o disposto no art. 25 e seguintes, a necessidade de restaurar o registro, e só depois de julgada a justificação póde o official, á vista da sentença, abrir novos assentos.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa.*

DIRECTORIA DO INTERIOR

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores —Directoria do Interior—2ª secção—Capital Federal, 20 de maio de 1901.

Communicastes, em officio de 18 do corrente mez, haver a congregação dessa faculdade, em sessão do dia anterior, depois de approvar o parecer da comissão eleita para syndicar do procedimento do lente da cadeira de clinica pediatrica Dr. Candido Barata Ribeiro, julgado o mesmo lente, como incurso no art. 43 do Codigo de Ensino, passivel de suspensão por 60 dias com perda dos respectivos vencimentos, na fórma do art. 45 do dito codigo.

Tendo sido por decreto daquella data confirmada a sentença da congregação, declarovos, para os devidos fins, que a pena imposta só dever ter execução quando terminarem os trabalhos da presente sessão do Congresso Nacional, visto já se achar o mencionado lente, como senador, impedido de exercer actualmente as funções do magisterio.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa.*—Sr. director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Remetteram-se ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, em referencia ao aviso de 27 de abril ultimo e affm de terem o conveniente destino, o decreto de 4 do corrente mez e medalha de distincção de segunda classe que foi concedida ao marinheiro Antonio Soares Dias, da lancha *Lucilla*, de propriedade da Estrada de Ferro Central do Brazil.

—Foi naturalizado brasileiro o subdito italiano Domenico Rizzo, residente no Estado de S. Paulo.—Remetteu-se a portaria ao presidente do referido Estado.

Requerimentos despachados

Antonio da Motta Mendes, solicitando naturalização.—Prove identidade de pessoa.

Carlos Pereira de Castro, alumno do 5º anno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo obtido guia de transferencia para a Faculdade de Medicina da Bahia, pode ser considerado para todos os effeitos alumno desta faculdade.—Não tendo effectuado sua matricula no prazo legal, só póde ser considerado alumno livre nos termos do capitulo VII do codigo do ensino em vigor.

Alfredo de Hollanda Cunha, alumno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, transferido para a da Bahia, pedindo ser admitto alli a exame da 1ª serie do curso odontologico.—Não póde ser attendido, á vista das infirmações.

DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os seguintes pagamentos:

De 212\$, fornecimentos aos Tribunaes Civil e Criminal e do Jury;

De 66\$900, despezas miudas da Casa de Correção;

De 296\$813, gaz consumido na Secretaria de Estado;

De 641\$, obras executadas no edificio da Escola Polytechnica e no proprio nacional da praça da Republica n. 2;

De 481\$900, publicações e trabalhos feitos na Imprensa Nacional para o Instituto dos Surdos-Mudos;

De 2\$86\$570, fornecimentos á Faculdade de Medicina;

De 4:610\$, obras executadas na mesma faculdade.

—Requisitou-se ao dito Ministerio:

Que seja posto na Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Pernambuco, o credito de 2:400\$ á disposição do director do 2º districto sanitario maritimo, para pagamento de dous remadores supplementares do escaler da visita;

Que seja supprida ao almoxarife do Lazareto da Ilha Grande a quantia de 4:51\$000.

—Autorizou-se a collocação de um medidor de gaz no predio occupado pela 7ª delegacia policial urbana.

—Remetteram-se á Contabilidade do Thesouro Federal os titulos de montepio de D. Maria Ferraz Portuense e filha e dos filhos do juiz da Côte de Appellação Honorio Teixeira Coimbra.

—Providenciou-se para que todas as declarações de montepio dos empregados da Junta Commercial sejam devolvidas a este Ministerio.

Expediente de 21 de maio de 1901

DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os seguintes pagamentos:

De 2:768\$205, material da Repartição da Policia;

De 24\$300, indemnização ao porteiro do Supremo Tribunal Federal de despezas miudas por elle pagas;

De 48\$375, objectos do expediente fornecidos ao escriptorio de obras deste Ministerio;

De 6:606\$845, material da brigada policial;

De 1:794\$810, fornecimentos ao Laboratorio Bacteriologico da Directoria Geral de Saude Publica;

De 1:204\$184, trabalhos feitos na Imprensa Nacional para o Externato do Gymnasio Nacional e gaz consumido no mesmo estabelecimento;

De 8:277\$308, fornecimentos ás colonias de alienados.

—Autorizou-se o Sr. engenheiro das obras a fazer as obras de adaptação necessarias no proprio nacional da rua do Senado n. 82, affm de alli installar o seu escriptorio e o deposito de materiaes deste Ministerio.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por acto de 22 do corrente foram transferidos Adalberto Frederico Baneck, 1º suppleto da 2ª circumscripção urbana, para igual cargo na 6ª circumscripção urbana, e desta para aquella o cidadão Amador Bueno de Andrade.

Ministerio da Fazenda

Directoria do Expediente do Thesouro Federal

Aditamento ao do dia 18 de maio de 1901

Expediente do Sr. Ministro :

Ao delegado fiscal nas Alagôas :

N. 2.—Em relação ao officio n. 15, de 14 de março ultimo, em que trouxestes ao meu conhecimento haver o chefe de secção da Alfandega do Maceió, bacharel Antonio Espindola Ferreira de Oliveira, em requerimento dirigido a essa delegacia, pedido permissão para tomar assento, como deputado no Congresso Legislativo desse Estado, assumpto de que se occupou a ordem constante do officio da Directoria do Expediente do Thesouro Federal n. 20, de 20 do mez proximo findo, declaro-vos, para os fins convenientes, que foi irregular o vosso procedimento, submettendo á consideração deste Ministerio aquelle pedido, porquanto, na hypothese, faltando competencia a essa delegacia para resolver a respeito, cumpria-vos despachar o alludido requerimento no sentido de dirigir-se o interessado directamente ao Ministerio a meu cargo.

Dia 21

Ao Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas :

N. 66.—Tendo sido encampadas pelo Governo as Estradas de Ferro do Recife ao S. Francisco e da Bahia ao S. Francisco, inclusive o ramal do Timbó, rogo vos digneis dar as necessarias providencias para que, mediante inventario e outras formalidades que julgais indispensaveis, sejam as mesmas estradas recebidas por esse Ministerio no dia 1 de julho proximo vindouro.

— Ao Sr. Ministro da Marinha :

N. 48.—Communico-vos, para os fins convenientes, que, para ser expedido o titulo de inactividade a que tem direito o guarda de policia aposentado do Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso, Manoel Ignacio Coelho, torna-se necessario que aquelle inactivo complete o sello da inclusa certidão, que veiu annexa ao vosso aviso n. 1.169, de 21 de setembro do anno passado, por isso que, á vista do disposto no art. 20 do regulamento approved pelo decreto n. 3.564, de 22 de janeiro de 1900, das estampilhas de 5\$, coladas á mesma certidão, soto estão sem valor.

— Ao Sr. Ministro da Guerra :

N. 42.—Para que possa ser lavrada na Directoria do Contencioso, conforme requisitastes em aviso n. 208, de 22 de abril ultimo, a escriptura de compra do predio n. 51, do Campo de S. Christovão, de propriedade de Manoel José Rollo e destinado ao serviço desse Ministerio, rogo vos digneis de providenciar para que sejam enviados ao Thesouro os principaes caracteristicos do immovel e bem assim apresentados aquella directoria os documentos probatorios da propriedade e da isenção de onus judicial ou extrajudicial, e, si o terreno em que o predio está edificado fór foreiro, a necessaria licença do senhorio directo, após quitação dos respectivos fóros.

— Ao Sr. procurador da Republica no Estado do Rio de Janeiro :

N. 11.—Tendo o ex-collector das rendas federaes no municipio de Itaperma, desse Estado, Helder José Dutra deixado de recolher ao Thesouro o saldo da arrecadação por elle effectuada no 4º trimestre do anno passado, recomendo-vos providencias no sentido de serem arretados provisoriamente os bens do responsavel para garantia do desfalque que fór verificado em suas contas, o bem assim acompanhais o inquerito a que procede a policia da cidade de Campos sobre o roubo de 10:000\$, de que o mesmo ex-collector, em telegramma de 23 de janeiro ul-

mo, allega ter sido victima, na mesma cidade, quando em viagem para recolher o dito saldo; convindo que, á vista do resultado do referido inquerito, promovais as diligencias que se tornem necessarias para acauteelar os interesses da União.

— Ao Sr. governador do Estado do Amazonas :

N. 3.—Tendo este Ministerio conhecimento de que no contracto firmado entre esse governo e a firma A. Fiorita & Comp., em 21 de maio de 1897, para um serviço de navegação entre Manaus e Genova, e a que se refere o aviso do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas n. 127, de 14 de outubro de 1899, figura, entre outros portos de escala, os de Parentins e Itacoatiara, cabe-me ponderar-vos que, de accordo com o que preceitua o capitulo 1º do titulo 7º da Consolidação das Leis das Alfandegas, não sendo taes portos alfandegados ou habilitados, não podem nellos ancorar ou atacar embarcações estrangeiras de qualquer natureza, lotação, nacionalidade ou procedencia; vindo, portanto, que, no intuito de harmonizar as estipulações do dito contracto com as disposições citadas, sejam excluidos os dous referidos portos do numero dos que foram designados para escala dos vapores daquela firma.

— Ao Sr. director de Contabilidade do Thesouro Federal :

N. 17.—Autorizo-vos a providenciar no sentido de ser recebida na thesouraria geral do Thesouro Federal o saldo da arrecadação das rendas federaes no municipio de Vigosa, Estado de Minas Geraes, a que se refere a inclusa guia, assignada pelo collector Antonio de Carvalho Behring.

— Ao delegado fiscal em Alagôas :

N. 3.—Autorizo-vos a mandar abrir concurso, nessa delegacia, para provimento dos empregos de fazenda de primeira entranca.

Dia 21

Expediente do Sr. director :

Ao Sr. director da Recebedoria da Capital Federal :

N. 41.—Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 17, de 14 de fevereiro ultimo, e que interpusestes do vosso acto, annullando os despachos pelos quaes impuzestes a Garcia & Espindola, estabelecidos com acougue á rua dos Invalidos n. 126, a multa de 600\$, por infracção do regulamento annexo ao decreto n. 3.564, de 22 de janeiro do anno passado, resolveu, por despacho de 28 de março ultimo, de accordo com o parecer emitido pela maioria do Conselho de Fazenda, em sessão de 26 do mesmo mez, dar provimento ao dito recurso *ex-officio*, para o fim de ser mantida a multa imposta; porquanto não pôde produzir effeito, por ter sido dada em juizo incompetente e sem audiencia do representante da Fazenda, a justificação com que aquella firma procura provar que o signatario do recibo passado em seu nome, sem o pagamento do sello devido, não era caixeiro de sua casa commercial, justificação e sa que determinou o acto recorrido.

— Ao Sr. director geral da Imprensa Nacional :

N. 30.—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, attendendo ao que solicitou o collector do municipio de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, em officio de 7 de fevereiro ultimo á Directoria das Rendas Publicas, resolveu, por despacho de 9 do corrente, autorizar-vos a providenciar no sentido de serem enviados aquelle collector um exemplar da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900, e as circulares n. 65 e 72, de 25 de outubro e 21 de dezembro do mesmo anno.

N. 31.—De accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 18 de abril proximo findo, proferido sobre o officio da Delegacia Fiscal no Estado de Pernambuco, n. 9, de 4 de março ultimo, peço-vos providencias para que sejam remettidos aquella repartição, acompanhados da respectiva conta, para os fins convenientes, 40 exemplares do regulamento approved pelo decreto n. 3.564, de 22 de janeiro do anno proximo passado.

— A' Delegacia Fiscal no Maranhão :

N. 41.—Relativamente ao officio n. 124, de 28 de novembro do anno passado, com o qual transmittistes a declaração escripta, feita pela firma Candido José Ribeiro & C., de que, por não poder effectuar o deposito de 100:000\$000, deixa de operar em cambiaes com o publico, recomendo-vos, em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 21 de março ultimo, que fiscaliscai polos meios legaes ao vosso alcance si tal declaração é verdadeira, communicando ao Thesouro o que do futuro occorrer com aquella e outras firmas commerciaes em identicas condições em relação ao mencionado deposito.

— A' Delegacia Fiscal em Pernambuco :

N. 78.—Da ordem do Sr. Ministro remetto-vos o titulo de nacionalização da barcaça *Outeiro*, expedido em vista dos documentos que acompanharam vossos officios ns. 114 e 132, de 7 de novembro e 31 de dezembro do anno passado, a fim de ser entregue por essa delegacia a quem do direito, depois de cobrado o respectivo sello na importancia de 20\$000.

N. 79.—Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 106, de 20 de outubro do anno passado, e interposto por Amorim Fernandes & Comp., agentes dos vapores nacionaes *Amazonas* e *Grão-Pará*, do acto pelo qual o inspector da alfandega desse Estado sujeitou ao pagamento de direitos do expediente e addicionaes 1.100 toneladas de carvão trazidas naquelles vapores de Liverpool e Cardiff, em setembro de 1899, e incluídas nas respectivas listas de sobresalentes, resolveu, por despacho de 28 de março ultimo, de accordo com o parecer emitido pelo Conselho de Fazenda, em sessão de 26 do mesmo mez, tomar conhecimento do dito recurso, como de revista, por ter havido flagrante violação do disposto nos artigos 354 e 401 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, para o fim de dar-lhe provimento, restituindo-se aos recorrentes os direitos indevidamente cobrados.

— A' Delegacia Fiscal na Bahia :

N. 35.—Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, por despacho de 11 do corrente mez, resolveu deferir, nos termos do § 35 do art. 2º combinado com o art. 5º das Disposições Preliminares da Tarifa em vigor, o requerimento encaminhado com o vosso officio n. 55, de abril proximo findo, e em que o padre Luiz Della Valle, director do Lyceu Salesiano do Salvador, nesse Estado, pede isenção de direitos para o material de que trata a inclusa relação, destinado aquelle estabelecimento.

— A' Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul :

N. 92.—Em resposta ao vosso officio n. 193, de 13 de dezembro ultimo, encaminhando o recurso interposto pelos negociantes Rios, Filhos & Comp., estabelecidos na cidade do Rio Grande, do acto da inspeccão da respectiva alfandega mandando, de accordo com os peritos por parte da Fazenda na comissão arbitral, classificar como roupa feita não especificada de tecido de puro de meia de algodão, para o pagamento da taxa de 98, por kilogramma, do art. 470, da Tarifa das Alfandegas, então em vigor, a mercadoria

que os recorrentes submetteram a despacho pelas notas ns. 27.116 e 28.971, de 19 e 29 de dezembro de 1899, como colletes grossos de ponto de malha de lã, da taxa de 18\$, por duzia, do art. 521 da mesma tarifa, declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, por despacho de 18 de abril proximo findo, proferido na conformidade do parecer emitido pelo Conselho de Fazenda, em sessão de 16 desse mesmo mez, resolveu deixar de tomar conhecimento do alludido recurso por não se dar nenhuma das hypotheses que o justifiem como de revista.

N. 93.— Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, por despacho de 18 de abril proximo findo, resolveu deferir o requerimento encaminhado com o vosso officio n. 50, de 19 de março ultimo, em que D. Maria Januaria Ferreira da Silva, viuva do major Jacintho Ferreira da Silva, pede que seja descontada pela decima parte do meio soldo que percebe a importância de 823\$200, que a mais lhe foi paga por essa delegacia no periodo de 1 de janeiro de 1894

a 31 de dezembro do mesmo anno proximo passado.

— A' Delegacia Fiscal no Paraná :

N. 23. — Na conformidade do despacho do Sr. Ministro, de 27 de abril proximo findo, exarado no officio n. 138, de 22 de fevereiro anterior, em que essa delegacia communica ter enviado ao Dr. procurador seccional da Republica nesse Estado os documentos necessarios para que tenha logar o competente procedimento legal contra o ex-thesoureiro dessa mesma delegacia, Francisco de Paula Ribeiro Vianna, e o ex-official da Caixa Economica, João Lourenço de Araujo, presos administrativamente em consequencia das fraudes verificadas nesta ultima repartição, recomendo-vos que providenciéis no sentido de ser feita, com urgencia, a romessa da tomada das contas dos ditos responsaveis, para definitivo exame do Tribunal de Contas, e bem assim informeis si os bens aos mesmos sequestrados cobrem a importância do desfalque.

RECEBEDORIA

Requerimentos despachados

Souza Pimentel & Comp.—Transfira-se.
Mauricio Gerin,—Idem, sellando o documento.
José Lopes de Oliveira.—Transfira-se.
Felix dos Santos Rocha.—Idem.
Agostinho José de Andrade.—Idem.
José Ferreira Cunha.—Idem.
Bernardino Ferreira da Costa e Souza.—Idem.
Sebastião da Fonseca.—Restituam-se 40\$000.
Pinto de Araujo & Comp.—Idem 30\$000.
Joaquim Correia da Silva Oliveira.—Idem 60\$000.
Antonio Moreira Martins.—Regularize o sello da inclusa escriptura e volte.
Dr. João Eduardo Barbosa.—Transfira-se.
Dr. Eurico Luiz Belfort Quadros.—Idem.
Helena Luiza Van Sanchen de Albuquerque.—Idem.
Arthur Caldeira & Cesar.—Avorbe-se.
Antonio Teixeira da Silva Pinhão.—Transfira-se.

Annexos do relatório dos trabalhos da Comissão do Tombamento dos Proprios Nacionaes

(Continuado do n. 118)

Com o decreto n. 613, de 23 de outubro de 1891, baixou o regulamento da mesma data, pelo qual a Superintendencia da Fazenda de Santa Cruz ficou sujeita a Recebedoria do Rio de Janeiro, a cujo administrador incumbia inspecionar, por si ou por empregado de sua escolha, a marcha do seu expediente.

No mesmo regulamento está marcado o pessoal da Superintendencia a que elle se refere, que compõe-se de um superintendente, um escriptuario, um amanuense, um praticante, um engenheiro, um cobrador, um continuo, um campeiro-mór, quatro campeiros, um guarda da Ponte de Itaguahy e serventes quantos exigir o serviço de campo. Este pessoal vence annualmente, conforme o quadro annexo ao regulamento, 16:080\$, não contando o engenheiro, que recebe apenas emolumentos pelos trabalhos que executar, o cobrador que recebe porcentagem pelas cobranças que faz e os serventes, que só funcionam quando o serviço o exige.

A despeza effectivamente feita pela Superintendencia consta do quadro n. 4, a que já nos referimos.

A' Superintendencia da Fazenda de Santa Cruz incumbe, pelo citado regulamento arrecadar a renda da mesma Fazenda, conceder transferencias de dominio util de terrenos, informar pedidos de aforamentos e arrendamentos de terrenos e de predios.

Pelo art. 19 do Regulamento de 23 de outubro de 1891 ficou determinado que seria marcada de accordo com o art. 3º da lei n. 66 de 12 de outubro de 1833 uma área de terreno cujo centro seria mais ou menos o povoado de Santa Cruz, que seria dividido em lotes para serem aforados.

Em 30 do mesmo mez de outubro foram publicadas instruções para o aforamento dos terrenos da referida área. Essas instruções foram modificadas quanto ao limite minimo da joia e foro, que devem ser pagos pelos terrenos aforados por decisão do Ministerio da Fazenda, constante do officio n. 68 á Recebedoria da Capital, de 1º de junho de 1892 e, quanto ao prazo marcado aos foreiros para construirem nos terrenos, por despacho do mesmo ministerio de 29 de maio de 1893.

O art. 8º do Regulamento de 23 de outubro de 1891 foi modificado quanto á época em que deve ser junta ao pedido de aforamento ou de arrendamento a planta a que elle se refere, por decisão contida em officio n. 22, dirigido á mesma Recebedoria em 16 de julho de 1892.

Para execução do art. 14 da lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, pela qual foi o Governo autorizado a conceder remissão de fóros de terras da Fazenda de Santa Cruz e a transformar em foreiros os arrendatarios de terras da mesma Fazenda, situadas no estado do Rio de Janeiro, foi expedido o decreto n. 1195 D de 30 de dezembro de 1892, pelo qual ficou determinado o preço da remissão do fóro e o da transformação do foreiro em arrendatario. O mesmo decreto estabeleceu regras para as medições que deviam preceder ás remissões de fóros, á transformação de arrendatarios em foreiros e á legalização de titulos de foreiros, dividiu a Fazenda de Santa Cruz em duas seções para o levantamento da planta cadastral da mesma Fazenda, creou logares de engenheiros para esse serviço, cuja

retribuição consiste nos emolumentos que são pagos pelos foreiros ou arrendatarios de accordo com a tabella annexa ao referido decreto.

O decreto de 30 de dezembro de 1892 a que estamos nos referindo, derogou o de numero 613 de 23 de outubro de 1891, na parte referente á inspecção exercida pela recebedoria sobre a Fazenda de Santa Cruz e poz a respectiva superintendencia sob a inspecção da Directoria das Rendas Publicas do Thesouro Federal, pela secção dos Proprios nacionaes.

Para o mesmo serviço de medições de terras, a que se refere o citado decreto de 30 de dezembro, foram publicadas instruções em 26 de julho de 1893, attendendo aos casos em que pela medição verifica-se que o foreiro ou arrendatario está de posse de quantidade de terra que não concorda com as indicações do respectivo titulo.

Por despacho do Ministerio da Fazenda de 23 de agosto de 1893 foram alteradas as escalas marcadas para a organização das plantas pelo decreto de 30 de dezembro, e pelo de 9 de setembro do dito anno, do mesmo ministerio, foi o art. 14 do alludido decreto modificado no sentido de ser supprida a falta de assignatura dos confrontantes do terreno, cuja medição fór requerida.

De accordo com o mencionado decreto de 30 de dezembro de 1892 foram requeridas e concedidas remissões de fóros, até que a lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, art. 10, declarou transformados em foreiros os arrendatarios das terras da Fazenda de que se trata e taxou o preço de vinte vezes o arrendamento de um anno para a remissão de fóros; tornando o direito á transformação de arrendatario em foreiro e a remissão de fóros extensiva a todas as terras da Fazenda de Santa Cruz.

A ultima lei foi mandada pôr em execução por despacho do Ministerio da Fazenda, de 21 de março de 1896.

Em virtude das citadas leis de 21 de novembro de 1892 e 30 de dezembro de 1895 foram concedidas remissões de fóros, como vimos quando tratámos dos desmembrados de terras da Fazenda de Santa Cruz.

Pelo art. 23, n. 5, da lei n. 490 de 16 de dezembro de 1897, foi o preço da remissão de fóros das terras de que se trata elevado a quarenta vezes o fóro de um anno e de novo reduzido a vinte vezes pela lei n. 652 de 23 de novembro de 1899, em vigor.

7 — Pelo estudo das condições em que se acha a Fazenda de Santa Cruz quanto ás suas terras e bemfeitorias e disposições que regulam os respectivos serviços julgamos conveniente serem feitas modificações na administração deste Proprio nacional, e para justificar as faremos uma analyse dos serviços concernentes ao mesmo Proprio, fundada no que ficou exposto.

Começaremos por enumerar os alludidos serviços na ordem seguinte :

1.º Informações dependentes de livros e processos que se acham no archivo da superintendencia da Fazenda de Santa Cruz, para onde foram mandados recolher todos os documentos relativos áquella Fazenda pelo decreto de 20 de setembro de 1808, com o qual baixaram instruções para esse Proprio;

2.º Medição e demarcação de terrenos, convindo distinguir: a) os terrenos cujos arrendamentos foram transformados em aforamentos, sendo o Governo autorizado a conceder aos foreiros remissão de fóros;

b) terrenos adjacentes ao povoado do Curato de Santa Cruz, que são aforados em virtude de autorização especial (art. 19 do Decreto n. 613 de 23 de outubro de 1891, instruções de 30

do mesmo mez e anno e Lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, art. 3.º n. XII);

c) terrenos situados em outros logares da mesma Fazenda, desocupados ou occupados por intrusos e que convém arrendar, aforar ou vender;

3.º Concessões de licenças para transferencias de terrenos aforados;

4.º Conservação de predios e terrenos da Fazenda;

5.º Arrecadação de fóros e laudemios, arrendamentos de terrenos e alugueis de predios;

6.º Arrecadação da renda de aluguel de campos para pastagens, conservação dos mesmos campos e gado alli existente, pertencente à Nação.

Os mencionados serviços são feitos por meio da Superintendencia, à qual serve de regulamento o citado Decreto de 23 de outubro de 1891 e pelos engenheiros a que se refere o Decreto n. 1195 D, de 30 de dezembro de 1892, sob a inspecção da Directoria das Rendas Publicas do Thesouro Nacional, como determina o citado Decreto de 30 de dezembro de 1892; e podem ser feitos de modo mais vantajoso do que actualmente.

1.º

O archivo da Superintendencia da Fazenda de Santa Cruz onde foram mandados reunir os documentos referentes à mesma Fazenda desde 1808, deve ser recolhido ao Thesouro, onde ficará devidamente acautelado, podendo os documentos alli existentes, convenientemente ordenados, prestar-se melhor à elucidação de questões relativas ao dominio nacional, porque o estudo desses documentos, pelo pessoal que dirige o serviço relativo ao mesmo dominio, será assim facilitado.

Demais, a conservação do alludido archivo em Santa Cruz crea a necessidade de um pessoal destinado a prestar informações dependentes de livros e processos alli existentes necessarios ao expediente da administração publica, creando assim embaraço à suppressão de uma repartição, que naturalmente terá de ser extincta, como se vai ver pelo exame dos serviços concernentes à Fazenda de Santa Cruz.

2.º

As medições e demarcações de terrenos cujos arrendatarios solicitam titulo de foreiro ou remissão de fóros, a que lhes dá direito o disposto no art. 10 da Lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, restabelecido pelo art. 48 da Lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, tem sido feitas por engenheiros designados, para esse fim, pela Directoria das Rendas Publicas.

O serviço de medição, levantamento da planta cadastral da Fazenda de Santa Cruz, está dividido em duas secções, comprehendendo uma os terrenos da mesma Fazenda, situados no Estado do Rio de Janeiro e a outra as que estão situadas no Districto Federal; e serve de regulamento a esse trabalho o Decreto n. 1195 D, de 30 de dezembro de 1892, modificado quanto ao preço das remissões de fóro pela citada Lei de 30 de dezembro de 1895, como ficou estabelecido pelo despacho de 21 de março de 1896, que deu regras para a execução da mesma lei.

Os trabalhos de medições são apresentados à Directoria das Rendas publicas pelo engenheiro de cada uma das secções, que é por esses trabalhos responsavel, como determina o art. 17 do citado Decreto n. 1195 D, de 30 de dezembro de 1892.

Pelo estudo das disposições desse Decreto vê-se que as suas exigencias são incompativeis com os meios nelle indicados para satisfazê-las.

E' facil ver que não é possível conciliarem-se os alludidos meios e exigencias.

O trabalho de levantamento de plantas é, pelo Decreto de que se trata, feito por engenheiro que não dispõe de outros recursos de pessoal e de dinheiro sinão o que fornece o foreiro ou arrendatario, como determina o art. 7.º do mesmo Decreto. Levantam assim esses engenheiros plantas parciaes em logares determinados pelos requerimentos dos mesmos foreiros, logares que, em uma Fazenda com algumas dezenas de leguas de área, podem achar-se a distancias consideraveis uns dos outros.

Com que recursos poderão esses engenheiros estabelecer entre essas plantas parciaes a ligação necessaria à formação da planta cadastral de cada uma das duas secções da Fazenda de Santa Cruz, de que trata o art. 16 do referido decreto? Não os indica o Decreto que regulamentou o serviço. Seria, a nosso ver, medida injustificavel comprehender a organização do Cadastro de que trata aquelle Decreto.

Pela exposição do historico da Fazenda de Santa Cruz vimos que desde 1783 até 1827 fez o Governo tentativas para aviventar a demarcação dos limites da mesma Fazenda, que correspondem ao tombo organizado pelos Jesuitas em 1731, e que as difficuldades que então se apresentaram foram de tal ordem, que a ultima medição, feita em 1827, que chegou a termo e foi julgada por sentença, provocou taes reclamações, que o Corpo Legislativo teve de intervir promulgando a Lei de 25 de novembro de 1830, que fez concessões aos possuidores de terras, incluídas naquella Fazenda, para essa medição.

Pretender hoje apurar com rigor os limites de toda a Fazenda de Santa Cruz, que corresponde pelas indicações da pri-

mitiva indicação, do tempo dos jesuitas, a um perimetro de cerca de 207 kilometros, seria um trabalho muito dispendioso e que suscitaria duvidas, naturalmente maiores do que as que se levantaram em 1827; levar esse trabalho até a organização de uma planta cadastral da Fazenda em questão, resolvendo-se, portanto, além das duvidas suscitadas pelos confrontantes desse Proprio nacional, as que se apresentarem sobre as confrontações do grande numero de foreiros, arrendatarios e occupantes diversos, inclusive os de que trata a citada Lei de 25 de novembro de 1830, estabelecidos em terras da Fazenda de Santa Cruz, como vimos, seria de uma execução tão trabalhosa que a sua utilidade não compensaria.

Assim, deve-se renunciar à organização da planta geral e do cadastro de que trata o art. 16, letra E, do Decreto n. 1195 D, de 30 de dezembro de 1892 e limitar as providencias relativas às 2.ª e 3.ª especies de trabalhos a que estamos nos referindo ao que passamos a expôr.

— Regulamentação do art. 48 da Lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.

Pela lei acima, continia em vigor o art. 10 da Lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, pela qual ficaram transformados em aforamentos os arrendamentos de terras da Fazenda de Santa Cruz, sendo aos arrendatarios concedido o direito de remissão de fóro mediante o pagamento de 20 annos do arrendamento, a que estavam sujeitos na data da mesma lei.

O citado art. 10 foi mandado pôr em execução por despacho do Ministerio da Fazenda de 21 de maio de 1896, pelo qual a remissão de fóros, quer para os arrendatarios transformados em foreiros, quer para os primitivos foreiros fez-se mediante o pagamento de vinte vezes a annuidade a que estavam sujeitos e mais a joia de dous e meio por cento dessa quantia.

Revogado o mesmo art. 10, quanto ao preço, pela lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, art. 23, n. 5, foi restabelecido pelo art. 48 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, de accordo com a qual devem ser os arrendatarios transformados em foreiros e concedida a remissão de fóro.

Os contractos de arrendamento e de aforamento sendo bilateraes e não podendo, portanto, ser alterados por uma das partes sem o consentimento da outra, a transformação do arrendatario em foreiro e a remissão de fóros não tem caracter imperativo: ao foreiro cabe aceitar ou não a concessão que lhe é feita pelo Poder Legislativo, que neste caso representa uma das partes.

Assim para que a transformação do arrendatario em foreiro se torne effectiva é necessario que o mesmo arrendatario declare si aceita essa transformação, solicitando, no caso affirmativo, o competente titulo de aforamento, do mesmo modo que é necessario que os foreiros requeiram remissão dos fóros a que estiverem sujeitos.

Para o Governo é indispensavel que cesse qualquer duvida sobre continuarem os arrendatarios de terras da Fazenda de Santa Cruz nesse caracter ou no de foreiros.

Assim, para execução do art. 48 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, deverá ser publicado um edital marcando um prazo aos arrendatarios de terras da Fazenda de Santa Cruz, a que se refere o art. 10 da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, que se quizerem utilizar do direito que lhes deu a mesma lei, de se transformarem em foreiros, a requerem o respectivo titulo de aforamento sob pena de ficarem considerados, findo o prazo sem que tenham requerido esse titulo, accupantes das alludidas terras com as condições constantes dos respectivos contractos de arrendamento, declarando-se no mesmo edital que conforme o art. 48 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899, poderão requerer a remissão de fóro a que estiverem sujeitos os foreiros de terras da Fazenda de que se trata, mediante o pagamento de 20 vezes o fóro de um anno, observando se no processo para taes concessões o seguinte:

Art. 1.º O preço da remissão de fóros de terras da Fazenda de Santa Cruz, de que trata o art. 10 da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, a que se refere o art. 48 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899 é de 20 vezes o fóro de um anno.

Art. 2.º Para ser concedida a transformação do arrendatario em foreiro, o requerente deverá exhibir os documentos que o constituem arrendatario e a prova de estar quite dos arrendamentos, à vista do que assignará o competente termo de aforamento e receberá o titulo correspondente, quando nos alludidos documentos estiver o terreno arrendado convenientemente discriminado, precedendo sempre à assignatura do termo de aforamento intimação pessoal dos confrontantes, quando possível, para dizerem o que julgarem a bem de seu direito, e, em todo o caso, publicação de um edital, durante 30 dias, convidando quaesquer interessados a fazerem perante o Ministerio da Fazenda as reclamações que entenderem.

§ 1.º Quando dos documentos exhibidos pelo arrendatario não constar a discriminação do terreno arrendado, o Ministerio da Fazenda mandará proceder ao levantamento da planta respectiva.

Art. 3.º O arrendatario fornecerá o pessoal necessario ao levantamento da alludida planta.

§ 1.º O engenheiro será designado pelo Governo e perceberá por metro medido quantia que será determinada em tabella organizada pelo Ministerio da Fazenda, e que poderá ser modificada annualmente.

§ 2.º O pagamento ao engenheiro correrá por conta de quem requerer a medição.

§ 3.º O requerente depositará no Thesouro Federal antes de ser começada a medição a quantia que seria devida ao engenheiro pela medição do perimetro do quadrado de area igual á pretendida pelo mesmo requerente.

§ 4.º Si o perimetro medido for maior ou menor do que o indicado no requerimento pedindo a medição, entrará o requerente com o que faltar para o pagamento do engenheiro ou receberá o que tiver depositado em excesso, logo que seja a medição approvada pelo Ministerio da Fazenda.

Art. 4.º O engenheiro encarregado pelo Governo da medição mandará publicar cinco vezes durante quinze dias editaes no *Diario Official*, marcando o logar e o dia em que dará começo á mesma medição.

§ 1.º Nesse edital, que será tambem affixado no logar mais conveniente do municipio em que estiver a propriedade a medir, serão indicados o nome do requerente, com a declaração do titulo em virtude do qual for requerida a medição, os nomes dos confrontantes, do municipio e da localidade em que se achar a propriedade, bem como o da mesma propriedade, quando for conhecida por uma denominação particular.

§ 2.º Os nomes dos confrontantes e do municipio, da localidade e da propriedade serão indicados pelo requerente, que será o responsavel por prejuizos que resultem de indicação errada e de omissão.

§ 3.º Concluida a medição, remetterá o engenheiro della encarregado, em duplicata, a planta do terreno, construida em escala que será márcada em tabella organizada pelo Ministerio da Fazenda.

§ 4.º A planta irá acompanhada de um memorial, tambem em duplicata, organizado conforme o modelo n. 5 e de informações sobre a data e o logar da publicação dos editaes e sobre as reclamações que ao mesmo engenheiro tenham sido apresentadas, emitindo este sobre ellas o seu parecer.

Art. 5.º Pela repartição que tiver a seu cargo o tombamento dos Proprios Federaes, e administração dos que estão a cargo do Ministerio da Fazenda, será publicado um edital com prazo de 30 dias, do qual constarão os nomes dos confrontantes do terreno, convidando-os a apresentarem na mesma repartição, dentro do prazo do mesmo edital, as reclamações que julgarem, a bem de seus direitos.

§ 1.º Esgotado o prazo de 30 dias, resolverá o Ministerio da Fazenda sobre a emissão effectuada e sobre as reclamações apresentadas, depois de informado o processo pela alludida repartição e pela Directoria do Contencioso do Thesouro Federal.

§ 2.º Em seguida será o processo remittido á Directoria do Contencioso do Thesouro Federal, que providenciará para ser lavrada a escriptura de remissão de fôros, o termo de aforamento ou contracto de arrendamento, conforme o caso.

§ 3.º Lavrada a escriptura de remissão, o contracto de arrendamento ou titulo de aforamento, será o processo devolvido á repartição encarregada do tombamento dos Proprios Nacionaes.

§ 4.º Na mesma repartição serão feitas as notas relativas ao contracto feito, e em livro proprio será copiada a parte do memorial relativa á situação, perimetro, area, confrontantes e marcos do terreno, a data da medição, aos engenheiros della encarregados e aos requerentes.

§ 5.º Feita a cópia de que se trata, será entregue á parte um exemplar da planta do terreno e um do memorial da medição correspondente, notando-se neste a folha do livro em que fôr copiado.

§ 6.º Si tratar-se de concessão de aforamento, depois de lavrada pela Directoria do Expediente e Inspeção de Fazenda o competente titulo, será este juntamente com o respectivo processo remittido á repartição a que se refere o § 3.º deste artigo, a qual, depois de aberto no livro proprio o assentamento do aforamento concedido, notará no titulo a folha do livro em que esse assentamento foi feito e o entregará á parte.

Art. 6.º O engenheiro encarregado de medições de terras da Fazenda de Santa Cruz communicará á repartição a que fôr subordinado a existencia de qualquer terreno devoluto de que tenha noticia, fornecendo todos os esclarecimentos que obtiver sobre a qualidade, valor e posição do terreno, de modo a poder o Governo resolver sobre o destino a dar ao mesmo terreno.

Parapho unico. Si se tornar necessaria alguma diligencia para o reconhecimento das condições necessarias para se dar destino ao terreno, o mesmo engenheiro indicará o modo mais conveniente de ser ella effectuada, apresentando o orçamento da despesa necessaria.

Art. 7.º Verificada a existencia de terreno devoluto e estimado o seu valor e extensão, mandará o Ministerio da Fazenda chamar concorrência para a venda, arrendamento ou aforamento, uma vez verificado que elle não é necessario ao serviço publico.

Art. 8.º O pretendente preferido na concorrência fará as despesas de medição, como ficou indicado para os casos de transformação de arrendamento em aforamento e remissão de fôros.

§ 1.º Esse accordo, do qual será lavrado um termo assignado pelas partes interessadas, pelo engenheiro e por duas testemunhas, ficará dependente da approvação do Ministerio da Fazenda, que o tomará em consideração, quando tiver de resolver sobre a medição.

§ 2.º Não sendo possivel accordo, o Governo fará a venda, aforamento ou arrendamento, conforme a medição feita pelo engenheiro della encarregado, deixando ao pretendente a liquidação judicial das questões suscitadas, obrigando-se, porém, a modificar o contracto, conforme sentença judicial, ou mandará suspender a medição até que seja judicialmente liquidada a mesma questão, que fará promover em juizo.

§ 3.º Si o pretendente ao terreno não quizer sujeitar-se a concluir a medição á sua custa, para ser depois liquidado o direito em juizo, pagará ao engenheiro a quantia correspondente ao perimetro medido, e ficará annullada a concorrência.

§ 4.º Si o Governo, depois de liquidado o seu direito ao terreno, resolver chamar nova concorrência para arrendamento, aforamento, ou venda do mesmo terreno, terá o primeiro pretendente direito a ser indemnizado da despesa que tiver feito com a medição não concluida, no caso de effectuar-se contracto, em consequencia de hasta publica, com outra pessoa.

Art. 10. Quando a área do terreno, verificada pela medição fôr maior ou menor do que a indicada no titulo exhibido pelo requerente, serão observadas as instruções de 26 de julho de 1893.

§ 1.º Tratando-se de terreno para cuja venda, aforamento ou arrendamento tenha sido chamada concorrência, si pela medição se verificar que a área devoluta existente no logar indicado é menor do que a mencionada no edital, o preço da venda ou o valor do fôro ou do arrendamento será modificado, de modo que as relações entre a área vendida, arrendada ou aforada e os alludidos preços, fôro ou arrendamento conservem-se respectivamente os mesmos que se deprehendem do edital.

§ 2.º Si a área devoluta encontrada fôr maior do que se deprehender do edital, poderá o pretendente optar por um dos dous alvitre seguintes: ficar com todo o terreno contemplado na planta, guardadas as relações de que trata o artigo precedente, ou separar sómente porção igual á área indicada no edital, correndo por sua conta a despesa com a demarcação da linha divisoria.

§ 3.º Si for preferido o segundo alvitre, as despesas de medição da parte que ficar devoluta serão pagas pelo Governo e pelo pretendente, em partes iguaes.

§ 4.º Quando haja duvida sobre a despesa de medição que deve caber ao terreno que passar a pertencer ao pretendente e a que deve caber ao terreno, cuja medição deve ser paga pelo Governo, nomeará aquelle um perito que de accordo com o engenheiro encarregado da medição, arbitrarão um valor escolhendo ambos um arbitro, engenheiro, para decidir a questão, no caso de desacordo, entre os dous primeiros; e com a decisão do ultimo se conformarão as partes.

§ 5.º No caso de não ser possivel a divisão do terreno em duas propriedades, sem que uma dellas seja prejudicada de modo a perder muito de seu valor, o pretendente ficará com todo o terreno encontrado, guardadas as relações de que trata o § 1.º deste artigo, ou se sujeitará a nova concorrência, na qual será a sua proposta preferida em igualdade de circumstancias, sendo indemnizado das despesas que tiver feito com a medição no caso de se apresentar proposta de maior vantagem do que a sua, que seja aceita.

§ 6.º No edital da nova concorrência será declarado o valor da despesa feita com a medição, que deverá ser pago pelo preferido, devendo para esse fim a parte apresentar a despesa detallada, feita com o pessoal da medição, ao engenheiro que a remetterá á repartição a que for subordinado com o seu — visto.

§ 7.º Si nenhuma proposta se apresentar, poderá o requerente exigir que se lavre o contracto nas condições do primeiro edital, sendo as despesas de medição pagas como ficou estabelecido no § 3.º deste artigo.

Art. 11. Quando não haja engenheiro empregado em serviço do tombamento dos proprios federaes disponivel para attender ás medições requeridas, designará o chefe de serviço do mesmo tombamento um engenheiro para esse fim, o qual receberá a quantia que ao engenheiro encarregado da medição deve pagar o requerente, conforme o § 1.º do art. 3.º.

Art. 12. Todo o engenheiro designado para proceder á medição da Fazenda de Santa Cruz apresentará até o dia 10 de janeiro de cada anno um quadro das medições por elle feitas durante o anno anterior, conforme o modelo n. 6, e os quadros serão pela repartição encarregada do tombamento dos proprios federaes reunidos em um, que será annexado ao relatório annual da mesma repartição (modelo n. 7).

(Continúa.)

Ministerio da Guerra

Por portarias de 20 do corrente :

Foi nomeado chefe do gabinete do intendente geral da guerra o major do corpo de engenheiros Antonio José Dias de Oliveira ; Concedeu-se licença ao major reformado do exercito Anaeto Francisco dos Reis para transferir sua residencia do Estado do Ceará para esta Capital.

Requerimentos despachados

José Corrêa de Freitas, pedindo pagamento de vencimentos por ter servido nas forças que operaram no Estado do Paraná.—Processe-se a divida nos termos do disposto no decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1889.

Agostinho Daniel, cabo de esquadra, solicitando permissão para de novo servir como official inferior.—Indeferido.

Rodolpho Soares do Rego e Simeão Antonio do Valle, requerendo pagamento de vencimentos a que se julgam com direito por terem servido nas forças que operaram no Estado do Rio Grande do Sul.—Indeferido.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Contabilidade

Expediente de 20 de maio de 1901

Ao Ministerio da Fazenda foi solicitada providencia para que do credito de 100.000\$, aberto pelo decreto n. 4.002, de 22 de abril ultimo, em supplemento do de que trata o decreto n. 3.956, de 12 de março anterior, existente no Thesouro Federal, para attender ás despesas de transporte dos retirantes coarenses, sua internação e outras, seja transferida para a Delegacia Fiscal no Piahy a quantia de 10:320\$000 (aviso n. 1.338).

Dia 21

Ao mesmo ministerio foi solicitado o pagamento de 94\$ a João Antonio da Silva, fornecimento á Directoria Geral de Estatistica, em março ultimo (aviso n. 1.340).

Dia 22

Remetteram-se ao Tribunal de Contas cópias dos contractos que, para vigorarem no corrente anno financeiro, foram celebrados pela Repartição Geral dos Telegraphos com as firmas F. F. Braga, Marques Costa & Comp., Lacerda, Seixal & Comp. e Domingos da Costa Fernandes (aviso n. 44).

Requerimentos despachados

Dia 21 de maio de 1901

João Moreira de Souza Macieira, pae, invalido, do fallecido contribuinte do montepio Turibio Macieira, carteiro de 2ª classe da Administração dos Correios do Distrito Federal.—Compareça nesta directoria.

D. Cordolina Francelina Salgado de Freitas, pedindo os favores do montepio pelo fallecimento de seu marido Augusto Cesar Peroira de Freitas, carteiro de 1ª classe da da Administração dos Correios do Pará.—Deferido.

D. Corina de Gusmão Fontoura, pedindo autorização para entrar com as contribuições atrasadas do montepio de seu marido Gustavo Olympio de Miranda Fontoura, ex-inspector de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos.—Compareça nesta directoria.

Raymundo do Carmo, armazenista de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, apresentando declaração para o mon-

tepio dos funcionarios publicos.—Compareça na 2ª secção da Directoria Geral de Contabilidade.

Samuel Edgar, machinista de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, apresentando declaração para o montepio dos funcionarios publicos.—Compareça na 2ª secção da Directoria Geral de Contabilidade.

Directoria Geral da Industria

Expediente de 20 de maio de 1901

Ao secretario da Camara dos Deputados foram remettidos os documentos e as informações, requisitados, sobre o requerimento do ex-inspector da Repartição Geral dos Telegraphos Maximo Hugo Oscar Guichard.

—Foram remettidas ao procurador seccional da Republica as informações precisas para defesa da Fazenda Nacional na acção intentada pela firma Huchet, Vramant & Comp. contra a União, relativamente aos contractos de que é cessionaria a Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina.

Dia 22

Pediu-se á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Porto Alegre a remessa da conta de 200\$ de Barbará & Filhos, a qual deixou de acompanhar os respectivos pa-peis.

— Pediram-se á Directoria Geral dos Correios informações sobre o valor total das collecções de sellos e objectos de franquia, referidos em officio de 18 do corrente mez.

—Pediu-se á mesma directoria geral, a devolução não só do requerimento de Manoel José da Silva, sobre venda de um predio no Paraná, remettido a essa repartição em 16 de outubro de 1900, com as plantas e photographias que acompanharam o alludido requerimento, como tambem o de Antonio Leopoldo dos Santos e outro, sobre o mesmo assumpto.

Requerimento despachado

Dia 22 de maio de 1901

Companhia Hamburg Sudamerikanische Dampfschiffahrts Gesellschaft.—Completo o sello.

SECÇÃO JUDICIARIA

Supremo Tribunal Federal

22ª SESSÃO EM 22 DE MAIO DE 1901

Presidencia do Sr. ministro Aquino e Castro

A's 10 1/2 horas da manhã abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. ministros B. de Pereira Franco, Piza e Almeida, Macedo Soares, Pindahiba de Mattos, Bernardino Ferreira, H. do Espirito Santo, Americo Lobo, Lucio de Mendonça, João Barbalho, João Pedro, Manoel Murtinho, André Cavalcanti e Alberto Torres.

Deixou de comparecer o Sr. ministro Ribeiro de Almeida por se achar em goso de licença.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

O Sr. presidente, por um officio do Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores, datado de 17 do corrente, communicando que o Senado Federal, em sessão de 15 do corrente mez, approvou a nomeação feita por decreto de 30 do abril findo, do bacharel Alberto de Seixas Meiburns para o lugar de ministro deste

JULGAMENTOS

Habeas-corpus

N. 1.522—Capital Federal—Relator, o Sr. João Barbalho; paciente, Leonel Borges Viagas.—Não vencida a diligencia proposta pelo Sr. André Cavalcanti, de converter-se o julgamento em diligencia para serem exigidos novos esclarecimento do juiz do processo, contra os votos dos Srs. André Cavalcanti e Pindahiba de Mattos, foi concedida ao paciente ordem de soltura desde já, contra os votos dos Srs. André Cavalcanti, Manoel Murtinho, Pindahiba de Mattos e Piza e Almeida. Impedido o Sr. Macedo Soares.

Appellação civil

N. 650 — Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Pindahiba de Mattos; revisores, os Srs. Bernardino Ferreira e H. do Espirito Santo; appellante, o juizo; appellado, Antonio Ferreira.— Foi reformada a sentença, sendo desprezados os embargos e mandando-se que prosiga a execução, contra os votos dos Srs. H. do Espirito Santo, João Barbalho, Americo Lobo, Macedo Soares e B. de Pereira Franco.

Revisões crimes

N. 493—Rio Grande do Sul—Relator, o Sr. B. de Pereira Franco; revisores, os Srs. Piza e Almeida e Macedo Soares; peticionarios, Maia & Comp.— Foi reformada a sentença, sendo absolvidos os peticionarios pelos votos dos Srs. Piza e Almeida, Macedo Soares, Alberto Torres, André Cavalcanti, João Pedro e Pindahiba de Mattos; confirmavam a sentença os Srs. B. de Pereira Franco, Manoel Murtinho e H. do Espirito Santo; julgavam nullo o julgamento os Srs. João Barbalho, Americo Lobo e Bernardino Ferreira.

N. 422—Minas Geraes—Relator, o Sr. João Barbalho; revisores, os Srs. João Pedro e Manoel Murtinho; peticionario, João Ferreira do Carmo.—Foi julgado prejudicado o pedido, visto ter sido perdoado o peticionario e só pedir nulidade do processo. O Sr. H. do Espirito Santo confirmava a sentença e o Sr. Macedo Soares, não julgando prejudicado o pedido, concedia a revisão.

DISTRIBUIÇÕES

Aggravo de petição

N. 397—Capital Federal—Aggravantes, Jacintho P. Victorino, e outros; aggravada, a União Federal.—Ao Sr. ministro João Pedro.

Homologação de sentença estrangeira

N. 301—Capital Federal—Requerente, João Dias Vallente, na qualidade de tutor dos filhos menores do fallecido Manoel Soares de Oliveira Cravo.—Ao Sr. ministro Bernardino Ferreira.

Appellação crime

N. 102—Paraná—Appellante, a justiça; aggravado, Jocelyn Augusto Moreira Borba.—Em substituição, ao Sr. ministro João Barbalho.

Recurso crime

N. 110—Capital Federal—Recorrente, o procurador seccional do Distrito Federal; recorrido, José Angelo Evangelista.— Ao Sr. ministro Macedo Soares.

Revisões

N. 523—Ouro Preto — Peticionario, Paulo Severino Caseque.—Em substituição, ao Sr. ministro Americo Lobo.

N. 536 — Minas Geraes — Peticionario, José Rodrigues da Silva.— Em substituição, ao Sr. ministro João Barbalho.

N. 421 — Minas Geraes — Peticionario, Manoel Pereira Bezerra. — Em substituição, ao Sr. ministro João Pedro.

PASSAGENS

Appellação crime

N. 90 — Ao Sr. Alberto Torres.

Recurso extraordinario

N. 198 — Ao Sr. H. do Espirito Santo.

Conflicto de jurisdicção

N. 100 — Ao Sr. Bernardino Ferreira.

Revisão crime

N. 239 — Ao Sr. Alberto Torres.

Appellações

Ns. 604 e 629 — Ao Sr. Alberto Torres.

COM DIA

Conflicto de jurisdicção

N. 98 — Relator, o Sr. Piza e Almeida.

Appellações crimes

N. 96 — Relator, o Sr. Bernardino Ferreira.

N. 102 — Relator, o Sr. Manoel Murtinho.

Homologação

N. 287 — Relator, o Sr. Piza e Almeida. Levantou-se a sessão ás 2 1/4 horas da tarde. — O secretario, João Pedreira do Coutto Ferraz.

NOTICIARIO

Tribunal de Contas— Ordens de pagamento, sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 22 do corrente, o Sr. presidente deste tribunal:

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Avisos:

N. 1.294, de 14 do corrente, pagamento de 300\$ a Armindo Vieira & Comp., do aluguel do predio occupado pela repartição fiscal do Governo junto á *Companhia Rio de Janeiro City Improvements*, no mez de abril ultimo;

N. 1.288, de 11 do corrente, idem de 12:150\$ á *Companhia Lloyd Brasileiro* da subvenção relativa a 4ª viagem da linha do norte pelo paquete *Espirito Santo*, no mez de fevereiro ultimo;

N. 1.289, da mesma data, idem de 12:150\$ á mesma, idem, idem, pelo paquete *Satelite*, no mez de março ultimo;

N. 1.296, de 15 do corrente, idem de 118\$300 a Leuzinger & Comp., de fornecimento, em abril ultimo, á Secretaria de Estado deste Ministerio.

N. 1.269, de 9 do corrente, idem de 240\$ a Domingos Joaquim da Silva & Comp., de fornecimentos á Estrada de Ferro Central do Brazil, em fevereiro ultimo;

N. 1.267, da mesma data, idem de 27\$634 a diversos, idem idem, idem;

N. 1.271, da mesma data, idem de 876\$595 a Dias Garcia & Comp., idem idem, idem;

N. 1.302, de 15 do corrente, pagamento de 119\$200 a Luiz Macedo, de fornecimentos de objectos de expediente para o escriptorio da fiscalização das Estradas de Ferro Minas e Rio e Muzambinho, no mez de fevereiro ultimo;

N. 1.280, de 10 do corrente, idem de 737\$095 a diversos, de fornecimentos á Estrada de Ferro Central do Brazil, em fevereiro ultimo;

N. 1.256, de 8 do corrente, idem de 146\$450 a diversos, idem idem, no mez de janeiro ultimo;

N. 1.250, de 6 do corrente, idem de 301\$916 a Haupt, Bielm & Comp., de trabalhos executados na Estrada de Ferro Central do Brazil, em março ultimo;

N. 1.297, de 15 do corrente, idem de 305\$800 a Soares & Irmão, de fornecimentos ao Jardim Botânico, nos mezes de fevereiro e março ultimos;

N. 1.285, de 11 do corrente, idem de 265\$900 a Gonçalves, Castro & Comp., de fornecimentos á Hospedaria de Immigrantes da Ilha das Flores, durante os mezes de janeiro a março ultimos;

N. 1.286, de 11 do corrente, pagamento de 12:150\$ á *Companhia Lloyd Brasileiro*, da subvenção pela viagem na linha do norte pelo paquete *S. Salvador*, no mez de fevereiro ultimo;

N. 1.287, da mesma data, idem de 12:150\$ á mesma, de subvenção pela 3ª viagem na linha do norte pelo paquete *Alagoas*, no mez de fevereiro ultimo;

N. 1.299, de 15 do corrente, idem de 12:500\$ á *Empreza Viação do Brazil*, de subvenção relativa ás viagens realizadas no mez de março ultimo;

N. 1.301, da mesma data, idem de 56\$ á *Companhia Rio de Janeiro City Improvements*, de concertos feitos emapparelhos de lavagem da Secretaria de Estado deste Ministerio, em janeiro ultimo;

N. 1.303, da mesma data, idem de 4:500\$ á *Companhia Lloyd Brasileiro*, da subvenção relativa á viagem na linha do sul pelo paquete *Porto-Alegre*, em março ultimo;

N. 1.305, da mesma data, idem de 4:500\$ á mesma, da subvenção relativa á quarta viagem da linha do sul pelo paquete *Meleoro*, em março ultimo;

N. 1.301, da mesma data, idem de 2:250\$ á mesma, idem pelas viagens na linha de Santa Catharina pelo paquete *Laguna*, em fevereiro ultimo;

N. 1.268, de 9 do corrente, idem de 423\$066 a diversos, de fornecimentos á Estrada de Ferro Central do Brazil, em fevereiro ultimo;

N. 1.253, de 8 do corrente, idem de 250:000\$ á *Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão*, pela rescisão do contracto para o estabelecimento de immigrants e nucleos colonias naquelle Estado;

N. 1.306, de 15 do corrente, idem de 9:000\$ á *Companhia Lloyd Brasileiro*, da subvenção relativa á viagem na linha intermediaria pelo paquete *Aymoré*, no mez de março ultimo;

N. 1.307, da mesma data, idem de 11:820\$925, das férias do pessoal empregado, durante o mez de abril ultimo, no serviço da linha auxiliar das canalizações dos rios Xerom e Mantiqueira, a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas;

N. 1.308, de 15 do corrente, idem de 6:509\$803, da folha de férias do pessoal empregado, durante o mez de abril ultimo, nas canalizações longinquoas, a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas;

N. 1.309, da mesma data, idem de 264\$250, da folha do pessoal empregado, durante o mez de abril ultimo, nos reparos inadivaveis do encanamento que passa á margem do rio Utum, a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas;

N. 1.295, de 14 do corrente, idem de 50\$, da folha do servente do Observatorio do Rio de Janeiro, relativa ao mez de abril ultimo;

—Ministerio da Justica e Negocios Interiores—Avisos:

N. 1.061, de 11 do corrente, pagamento de 69\$500, Estrada de Ferro Central do

Brazil, de passagens concedidos, por ordem deste Ministerio, no mez de fevereiro ultimo;

N. 1.068, da mesma data, idem de 25\$, da conta da despeza feita, no mez de abril ultimo, com o asseio do edificio onde funciona o Juizo Federal na secção do Rio de Janeiro;

N. 1.070, da mesma data, idem de 21\$500 ao porteiro do Tribunal Civil e Criminal José Caetano Machado, de despezas miudas por elle pagas no mez de abril ultimo;

N. 1.066, da mesma data, idem de 213\$240 a diversos, de concertos executados no Palacio da Presidencia da Republica.

N. 1.072, da mesma data, idem de 9\$ ao Instituto Benjamin Constant, de fornecimentos ao Instituto Nacional dos Surdos Mudos, em fevereiro ultimo;

N. 1.073, da mesma data, idem de 121\$500 á *Imprensa Nacional*, de publicação e encadernação feitas para o Archivo Publico, nos mezes de janeiro a março do corrente anno;

N. 1.084, de 14 do corrente, idem de 2:769\$754 a diversos, de fornecimentos á Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em março ultimo.

N. 1.064, de 11 do corrente, idem de 212\$941, das folhas dos vencimentos dos guardas da visita da policia do porto, em abril ultimo;

N. 1.063, da mesma data, idem de 3:240\$115 a diversos, de fornecimentos á *Escola Polytechnica* e do consumo de gaz no mesmo estabelecimento, durante o 1º trimestre do corrente anno e abril ultimo;

N. 1.065, da mesma data, idem de 2:000\$, das folhas do aluguel, relativo aos mezes de abril e março ultimo, do predio em que funciona a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 1.074, de 8 do corrente, idem de 304\$940, credito á Delegacia do Thesouro em Londres, á disposição do Dr. Joaquim A. de Oliveira Botelho, em Valparaizo, para indemnização das despezas que fez como representante do governo junto ao Congresso Medico Latino Americano.

—Ministerio da Fazenda—Officios:

N. 81, da Estatistica Commercial, de 13 de abril, pagamento de 279\$100 a diversos, de fornecimentos áquelles repartição.

Exercicios findos:

Requerimentos de e Virgilio Brito, pagamento de 51\$, de vencimentos nos mezes de agosto a outubro de 1899.

Obituário— Sepultaram-se no dia 21 do corrente 41 pessoas, fallecidas de:

Beriberi.....	1
Febreamarella.....	1
Outras causas.....	39
	—
	41
Nacionaes.....	36
Estrangeiros.....	5
	—
	41
Do sexo masculino.....	22
Do sexo feminino.....	19
	—
	41
Maiores de 12 annos.....	22
Menores de 12 annos.....	19
	—
	41
Indigentes.....	17

Directoria de Meteorologia do Ministerio da Marinha—Repartição da Carta Maritima—Resumo meteorologico da Estação Central no Morro de Santo Antonio—Dia 21 de maio de 1901 (terça-feira).

HORAS	BAROMETRO A 0°	TEMPERATURA DO AR	TENSÃO DO VAPOR	HUMIDADE RELATIVA	DIRECÇÃO DO VENTO	ESTADO DA ATMOSPHERA	ESPECIE DE NUVENS	QUANTIDADE DE NUVENS
	m/m	°	m/m	%				
3 a.....	761.97	19.9	?	?	E	—	—	—
6 a.....	760.99	19.1	14.85	90.0	N	Bom	KC. KN	7
9 a.....	761.61	20.3	16.36	92.0	W	Incerto	KC. KN	9
1/2 d.....	761.35	22.5	16.03	79.0	ENE	Bom	KC. K. KN	9
3 p.....	760.25	23.1	14.80	70.0	SE	Muito bom	K. CK	1
6 p.....	760.42	21.5	15.13	79.0	SSE	Bom	K. KC. KN	8
9 p.....	761.09	20.0	16.06	92.0	ESE	Máo	KC. KN.	8
1/2 n.....	761.62	19.1	15.97	97.0	N	—	—	—

Temperatura maxima exposta.....	22° 9
« » á sombra.....	23° 3
« » minima.....	18° 5
Evaporação em 24 horas, á sombra.....	1 ^m /m.8
Chuva em 24 horas.....	2 ^m /m.80.
Duração do brilho solar.....	5 ^m .11

Occurrencias

De 9 h. 35 m. a. ás 11 h. a. chuveiçou. Ao meio-dia houve nevoeiro tenue baixo na parte septentrional, tendo tambem havido nevoeiro ás 6 h. a. W. De 8 h. p. até depois de 9 h. p. notaram-se relampagos ao NW. De 8 h. 35 m. p. ás 9 h. p. chuveiçou, começando a esta hora a cahir chuva.

Nota—Deixam de ser mencionadas «a tensão do vapor e a humidade relativa» ás 3 h. a. por ter havido desarranjo nos registradores que dão os elementos para o respectivo calculo.

Observações feitas a 0 h. m. em Grw. (9 h. 07 m. a. da Capital) em:

	Recife	Aracajú	Rio Grande do Sul
Barometro a 0°.....	757 ^m /m.40	759 ^m /m.25	762 ^m /m.38
Temperatura do ar.....	27° 5	27° 0	17° 8
Tensão do vapor.....	14 ^m /m.50	21 ^m /m.94	13 ^m /m.95
Humidade relativa.....	53°/° 5	82°/° 0	98°/° 0
Direcção do vento.....	SE	WNW	NE
Estado da atmospha.....	Bom	Incerto	Incerto
Nebulosidade.....	Meio encoberto	Quasi encoberto	Encoberto
Estado do mar.....	Chão	Chão	Grandes vagas
Chuva em 24 horas.....	—	29 ^m /m.0	—

BOLETIM MAGNETICO

Declinação=8° 09' 52" NW

OBSERVAÇÕES A Ohm. DE GRW. FEITAS PELOS CAPITÃES DOS PORTOS (9h,07^m t. m. da Capital)

POSTOS DE OBSERVAÇÃO	ESTADO DO CÉU	ESTADO ATMOSPHERICO	METEÓROS	DIRECÇÃO DO VENTO	FORÇA	ESTADO DO MAR	ESTADO ATMOSPHERICO NA VESPERA
Belém.....	Quasi limpo	Bom	—	ESE	Fraco	—	Variavel
S. Luiz.....	Limpo	Claro	—	ESE	Aragem	Tranquillo	?
Parnahyba.....	Limpo	Claro	—	E	Muito fraco	—	Claro
Fortaleza.....	Limpo	Muito bom	—	SE	Fresco	Vagas	Bom
Natal.....	Meio encoberto	Incerto	—	S	Fresco	Vagas	Sombrio
Parahyba.....	Meio encoberto	Incerto	—	SE	Fraco	—	Incerto
Recife.....	Meio encoberto	Bom	—	SE	Regular	Chão	Variavel
Maceió.....	Meio encoberto	Incerto	—	—	Calma	Tranquillo	Bom
Aracajú.....	Quasi encob.	Incerto	—	WNW	Fraco	Chão	Incerto
Bahia.....	Meio encoberto	Bom	Nevoeiro tenue	—	Calma	Tranquillo	Sombrio
Victoria.....	—	—	—	—	—	—	—
Santos.....	Meio encoberto	Sombrio	Nevoeiro tenue	ENE	Fraco	—	Claro
Paranaguá.....	Quasi limpo	Bom	—	NW	Aragem	—	Claro
Florianopolis.....	Meio encoberto	Bom	—	NE	Bafagem	—	Bom
Rio Grande.....	Encoberto	Incerto	Nev. tenue alto	NE	Muito fraco	Grandes vagas	Encoberto
Itaquí.....	Quasi limpo	Incerto	Nevoeiro tenue baixo	NE	Fresco	—	Bom

Correio — Esta repartição expedirá malas pelos seguintes paquetes:

Hoje :

Pelo *Oravia*, para os Estados do norte e Europa, via Lisboa, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 8.

Pelo *Sallust*, para Santos, recebendo impressos até ás 5 horas da manhã, cartas para o interior até ás 5 1/2, ditas com porte duplo até ás 6.

Pelo *Coblentz*, para Santos, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo até ás 10.

Pelo *Catania*, para Barbadas e Nova York, recebendo impressos até ás 11 horas da manhã e cartas para o exterior até ás 10.

Pelo *Itaqui*, para Rio Grando, Pelotas e Porto-Alegre, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, objectos para registrar até ás 11, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até á 1.

Pelo *Assu*, para Mossoró, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo até ás 10 horas.

Pelo *Iberia*, para o Rio da Prata, Matto Grosso, Paraguay e Pacifico, recebendo impressos até á 1 hora da tarde, objectos para registrar até ao meio-dia, cartas para o interior até á 1 1/2 da tarde ditas com porte duplo e para o exterior até ás 2.

Amanhã :

Pelo *Aymoré*, para Bahia e Estancia, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje, cartas para o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo até ás 8.

Nota—Saques para Portugal e vales postaes para o interior, nos dias uteis, até ás 2 1/2 da tarde.

— Recebimento de encomendas para Portugal, Açores e Madeira, nos mesmos dias, das 8 horas da manhã ás 5 da tarde, até a vespera da partida dos paquetes que se destinarem a Lisboa, exceptuando os da *Compagnie Messageries Maritimes*; e entrega, tambem nos mesmos dias, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde.

— Emissão de vales para Allemanha, Belgica, Chile, Egypto, Suissa, França, Algeria e outras colonias francezas, nos dias uteis, das 10 1/2 horas da manhã ás 2 horas da tarde.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 1 a 21 de maio de 1901..... 3.658:708\$921

Idem do dia 22:

Em papel..... 156:629\$232

Em ouro..... 44:389\$418

201:018\$650

3.859:727\$571

Em igual periodo de 1900... 3.471:573\$417

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 1 a 21 de maio de 1901..... 1.608:225\$308

Idem do dia 22..... 122:867\$156

1.731:092\$458

Em igual periodo de 1900... 1.975:479\$589

RECEBEDORIA DO ESTADO DE MINAS GERAES NA CAPITAL FEDERAL

Arrecadação de impostos do dia 22 de maio de 1901... 5:940\$598
Idem de 1 a 22..... 126:081\$965
Em igual periodo do anno passado..... 239:032\$006

EDITAES E AVISOS

Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro

Amanhã, ás 11 horas, será chamado :

EXAME PRATICO

2ª serie odontologica— *Prothese dentaria*

Edgard Ribeiro de Azevedo.

Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro, 22 de maio de 1901.— Dr. *Luna Freire*.

Freguezia da Gloria

QUALIFICAÇÃO DE GUARDAS NACIONAES

O tenente-coronel Luiz Gonçalves de Barros, commandante do 2º batalhão de infantaria da guarda nacional desta Capital e presidente do conselho de qualificação de guardas nacionaes da Freguezia da Gloria.

Faço saber que ficou hoje, 19 do corrente, installado este conselho com a presença do Dr. juiz da 6ª pretoria e dos Srs. officiaes capitães Antonio Thomé de Moura, José Bento de Faria Braga, tenente Silverio da Costa Pinheiro e o capitão do 1º regimento de cavallaria Mariano Antonio Dias, membros do conselho, e convida os interessados na qualificação a allegarem os seus direitos até o dia 4 do proximo mez de junho, na forma da lei. É para constar se lavrou o presente edital, que vai affixado no logar competente e publicado pela imprensa.

Sala do conselho de qualificação, 19 de maio de 1901.— Tenente-coronel *Luiz Gonçalves de Barros*, presidente.

Recebedoria da Capital Federal

Tende sido demittido, a seu pedido, do logar de despachante desta repartição o cidadão José Pereira da Silva Felizardo, por esta repartição convidam-se as pessoas que tenham negocios a serem nella solvidos pelo ex-despachante para produzir as respectivas reclamações dentro do prazo de 90 dias.

Recebedoria da Capital Federal, 24 de abril de 1901.—O sub-director, *José Rodrigues Pereira da Cruz*.

Alfandega do Rio de Janeiro

Por este edital intimo os Srs. Lopes & Comp. a apresentarem, dentro do prazo de oito dias, a contar da sua publicação, a certidão de descarga, na Alfandega de Mació, de uma caixa, marca TAS e n. 154, embarcada para aquelle porto, no vapor nacional *Fortaleza*, em 12 de janeiro do corrente anno, sob pena da cobrança dos direitos de consumo do referido volume.

Primeira secção da Alfandega do Rio de Janeiro, 22 de maio de 1901.—O chefe, *Miguel Fernandes Barros*.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspectoría desta alfandega se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de falta; devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se no praza de 15 dias para providenciar a respeito.

Vapor allemão *Amazonas*, procedente de Hamburgo, entrado em 16 de maio de 1901.—Manifesto n. 308.

Armazem n. 4—MEJYC: 1 caixa sem numero, repregada.

Despacho sobre agua—JR: 1 dita idem, idem.

PC: 1 dita idem, idem.

Vapor inglez *Saluste*, procedente de Liverpool, entrado em 16 de maio de 1901.—Manifesto n. 323.

Armazem n. 6—PLC: 1 caixa n. 3, avariada.

Vapor allemão *Hespanha*, procedente de Hamburgo, entrado em 14 de maio de 1901.—Manifesto n. 312.

Armazem n. 14—HSC: 22 fardos sem numero, avariados.

ARC: 2 barricas ns. 222 e 270, repregadas.

Idem: 1 dita n. 257, idem.

TLC—JG: 2 ditas ns. 1 e 4, idem.

P—332: 1 dita n. 1.949 e 1.917, idem.

R—188: 1 dita n. 1.165, idem, idem.

R—44: 1 dita n. 2.306, idem.

RS—JG: 2 ditas ns. 865 e 915, idem.

Idem: 1 dita n. 866, idem.

L—223—S—43—S: 1 barrica n. 1.786, idem.

Vapor allemão *Mainz*, procedente do Bremen, entrado em 8 de maio de 1901.—Manifesto n. 295.

Armazem n. 1—BFV: 1 caixa n. 52, repregada.

JH: 1 dita n. 675, avariada.

JJGC: 2 barris sem numero, vazios e avariados.

JTS: 1 caixa idem, repregada e avariada.

Armazem n. 1—RGC: 3 caixas sem numero, repregadas.

W: 1 dita n. 6.074, idem.

W—E: 1 dita n. 454, avariada.

Vapor inglez *Bellaura*, procedente do Antuerpia, entrado em 11 de maio de 1901.—Manifesto n. 311.

Armazem n. 1—CMC: 1 caixa n. 3.015, repregada.

HSC—BB: 1 fardo n. 76, avariado.

MMC: 2 caixas ns. 664 e 668, repregadas.

Idem: 1 dita n. 684, idem.

IKS: 2 ditas ns. 3 e 4, idem.

TB: 2 ditas ns. 1.158 e 1.322, avariadas.

Idem: 1 dita n. 1.323, avariada e repregada.

Idem: 1 dita n. 1.315, repregada.

Vapor inglez *Coleridge*, procedente de Nova York, entrado em 14 de maio de 1901.—Manifesto n. 300.

Armazem n. 1—JMFC: 2 amarrados ns. 9 e 11, quebrados.

KFC: 2 caixas ns. 12 e 14, repregadas.

QDC: 1 engradado n. 1, avariado.

Vapor francez *Provence*, procedente de Buenos Aires, entrado em 17 de maio de 1901.—Manifesto n. 325.

Armazem da Estiva—BS: 2 barris ns. 8 e 9, vasilos.

Sem marca : 4 barris sem numero, vasos.
 Idem : 1 encapado idem, vasando.
 Armazem das Amostras — AB: 1 caixa n. 445/46, repregada.
 Vapor inglez *Hogarth*, procedente de Liverpool, entrado em 10 de maio de 1901.— Manifesto n. 306.
 Armazem n. 9 — PTC—PC: 1 fardo n. 43, rôto.
 S: 1 caixa n. 3.650, repregada.
 SLM: 1 dita n. 354, avariada.
 S—Sabará: 2 ditas ns. 5 e 6, avariadas e repregadas.
 W: 1 dita n. 7.460, repregada.
 CPC: 1 dita n. 394, idem.
 Armazem n. 9—CCC: 2 ditas ns. 39 e 40, repregadas.
 DCC: 2 ditas ns. 8.741 e 8.743, idem.
 E—X: 2 ditas ns. 6.905 e 6.789, idem.
 Idem: 1 dita n. 6.714, avariada.
 CI: 2 ditas ns. 113 e 114, repregadas.
 Idem: 1 dita n. 121, idem.
 Vapor inglez *Danube*, procedente do Southampton, entrado em 14 de maio de 1901.— Manifesto n. 310.
 Despacho sobre agua — MBS: 1 caixa sem numero, repregada.
 Armazem n. 3 — MG: 3 ditas ns. 4.635 e 4.648/9, idem.
 MWC: 1 dita n. 585, idem.
 OPC: 1 dita n. 4.972, idem.
 SC: 1 dita n. 4.814, idem.
 GG—11: 1 dita n. 176, idem.
 BCC—HBC: 1 dita n. 249, idem.
 CB: 1 dita n. 8.413, idem.
 CPC—D: 3 ditas ns. 237, 229 e 234, idem.
 CSC—DV: 1 dita n. 45, idem.
 EAO: 1 dita n. 6.286, avariada.
 C. Colombo: 2 ditas ns. 172 e 174, repregadas.
 Vapor allemão *Bahia*, procedente do Hamburgo, entrado em 14 de maio de 1901.— Manifesto n. 309.
 Armazem n. 10—150: 1 caixa n. 3.095, repregada.
 GAG: 1 dita sem numero, idem.
 MC: 2 ditas ns. 5.045 e 5.052, idem.
 VC—21—VW: 1 dita n. 11.560, idem.
 BE: 1 dita n. 6.711, idem.
 RJ: 1 dita n. 2.122, idem.
 JL: 1 dita n. 7.756, idem.
 CPC: 1 dita n. 5.355, idem.
 CG—EG: 1 caixa n. 5, repregada.
 AVC: 2 ditas ns. 5.460 e 5.467, idem.
 LF: 1 dita sem numero, idem.
 83: 1 dita n. 2.069, idem.
 Vapor francez *Ville de S. Nicolas*, procedente do Havre, entrado em 11 de maio de 1901.— Manifesto n. 307.
 Despacho sobre agua—JJGC: 6 caixas sem numero, repregadas e avariadas.
 MFC: 3 ditas idem, repregadas.
 Armazem da Estiva — M: 1 dita idem, idem.
 Despacho sobre agua — OGS: 1 dita idem, idem.
 Armazem n. 12 — L. do R.: 1 dita n. 5, repregada e avariada.
 ALFC: 1 dita n. 72, repregada.
 E—CVMR: 1 dita n. 180, idem.
 J—R—C—C: 1 dita n. 110, avariada.
 Idem: 1 dita n. 111, repregada.
 SAC: 1 dita n. 938, avariada.
 SI—HE: 1 dita n. 6, repregada.
 LBA: 1 dita n. 5.525, idem.
 OSC: 1 dita n. 1, avariada.
 Vapor allemão *Bahia*, procedente do Hamburgo, entrado em 14 de maio de 1901.— Manifesto n. 309.
 Armazem n. 10 — FR—V: 1 caixa n. 29, repregada.
 CC—EG: 3 ditas ns. 1, 8 e 18, avariadas.
 J—R—C—C: 1 dita n. 3.311, idem.

J—C—S: 1 dita n. 8, idem.
 PGC: 1 dita n. 124, idem.
 RSC: 1 dita n. 333, idem.
 336: 1 dita 17, idem.
 HC—HL: 1 dita n. 6.066, repregada.
 ESC—K: 1 dita n. 2.647, idem.
 Vapor inglez *Danube*, procedente do Southampton, entrado em 14 de maio de 1901.— Manifesto n. 310.
 Armazem n. 3—JMFC: 1 caixa n. 6, avariada.
 JRW: 2 ditas ns. 25 a 26, repregadas.
 S.T. Buyan: 1 dita n. 3, idem.
 OPC: 1 dita n. 9.343, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 4.984 e 9.351, avariadas.
 DAB—B—HB: 1 dita n. 56, idem.
 SC: 1 dita n. 4.815, idem.
 VUC—HBC: 1 dita 404, idem.
 Idem: 1 fardo n. 689, idem.
 AMC—VUC: 2 ditas ns. 109 e 110, idem.
 CPC: 4 caixas n. 140, idem.
 EKR: 1 dita n. 59, idem.
 ESC: 1 dita n. 9.114, idem.
 R—E—O: 2 ditas ns. 1.318 e 1.326, idem.
 Idem: 1 dita n. 1.317, idem.
 EA—C: 1 dita n. 6.288, avariada.
 HC—SZ: 2 ditas ns. 885 e 887, idem.
 JMC: 1 dita n. 1.347, repregada.
 Vapor francez *Ville de S. Nicolas*, procedente do Havre, entrado em 11 de maio de 1901.— Manifesto n. 307.
 Armazem da Estiva—AGC: 1 caixa sem numero, avariada.
 JLC: 8 ditas sem numero, idem.
 CAC: 1 dita idem, idem.
 SAGN: 1 bobina n. 4.040, idem.
 MG: 1 barrica n. 3.619, repregada.
 A—100: 4 caixas sem numero, idem.
 GGC: 1 barrica n. 1.052, idem.
 Sobre agua—JJGC: 11 caixas sem numero repregadas e avariadas.
 Idem—superior: 1 dita idem, idem, idem.
 OGS: 1 dita idem, idem, idem.
 FC: 14 ditas idem, idem, idem.
 C—M—C: 1 dita n. 9.016, idem, idem.
 AAC: 3 ditas ns. 411, 418 e 404, idem, idem.
 Idem: 1 dita n. 423, idem, idem.
 Armazem da Estiva—FBC: 2 ditas sem numero, idem, idem.
 JLC: 1 dita n. 1, idem, idem.
 FC: 6 ditas sem numero, idem, idem.
 Sobre agua—JGCC: 2 ditas idem, idem, idem.
 JJGC: 3 ditas idem, idem, idem.
 MFC: 2 ditas idem, idem, idem.
 PAC—R: 1 dita n. 2.641, avariada.
 RSC: 2 ditas ns. 1.736 e 1.739, idem.
 Idem: 1 dita n. 1.741, repregada.
 SAC: 1 dita n. 934, avariada.
 Idem: dita n. 940, idem.
 SI—HE: 2 ditas ns. 1 e 4, repregadas.
 JRC: 2 fardos ns. 6.887/89, avariados.
 Idem: 1 dito n. 6.882, rôto.
 Armazem n. 12—FJO—E: 1 caixa n. 01, avariada.
 Idem: 1 amarrado n. 85, repregado.
 SAC: 1 caixa n. 632, idem.
 SCC—R: 1 dita n. 2.639, avariada.
 TD—ME: 1 fardo n. 3.885, rôto.
 TJAS: 1 caixa n. 422, repregada.
 VRC—E: 1 dita n. 57, avariada.
 VTF: 1 dita n. 7.780, repregada.
 CVH: 2 ditas ns. 3 e 4, idem.
 CB: 1 dita n. 213, idem.
 A: 1 dita n. 2.031, idem.
 BI: 2 ditas ns. 16 e 844, avariadas.
 BP: 1 dita n. 2.222, idem.
 CGG: 1 dita n. 1.042, idem.
 Idem: 1 dita n. 1.048, idem.
 Idem: 1 dita n. 4.049, repregada.
 GGC—DFL: 1 dita n. 201, idem.
 Idem: 1 dita n. 208, idem.
 FBO: 1 dita n. 756, avariada e repregada.
 FC&C: 1 dita n. 11.934, repregada.
 GC—BC: 1 dita n. 719, avariada.
 HSC: 1 dita n. 2.080, repregada e avariada.

Idem: 1 dita n. 2.091, repregada.
 HG—G: 1 dita n. 979, avariada.
 HDV: 1 dita n. 7.252, idem.
 Vapor inglez *Thames*, procedente do Southampton, entrado em 30 de abril de 1901.— Manifesto n. 280.
 Armazem n. 15 — FBC: 1 lata n. 2.104, vasando.
 Barca portugueza *Venturosa*, procedente do Porto, entrada em 8 de abril de 1901.— Manifesto n. 297.
 Armazem n. 1—PC: 1 caixa sem numero, repregada e avariada.
 Idem: 1 dita idem, repregada.
 Vapor allemão *Amazonas*, procedente do Hamburgo, entrado em 14 de maio de 1901.— Manifesto n. 308.
 Armazem n. 4—S: 9 caixas sem numero, avariadas.
 M de C: 3 ditas ns. 1.034, 1.038 e 1.104, idem.
 CPC: 1 dita n. 5.343, idem.
 Idem: 1 dita n. 5.650, idem.
 Armazem n. 4—JB: 1 caixa n. 306, repregada.
 DCC: 1 dita n. 8.994, idem.
 D—X: 1 dita n. 6.769, idem.
 CG: 1 dita n. 123/3, idem.
 M—LG: 1 dita n. 7.593, idem.
 JMC: 1 dita n. 195, idem.
 FM: 1 dita n. 12, repregada e avariada.
 MMC: 1 dita n. 352, repregada.
 JAGC: 1 dita n. 2.619, idem.
 SMC: 1 dita n. 8.038, idem.
 AVC: 1 dita n. 6.827, idem.
 RI: 1 dita n. 2.136, idem.
 JASC: 1 dita n. 8.970, idem.
 Sem marca: 1 amarrado sem numero, idem.
 BBC: 1 caixa n. 184 bis, idem.
 RBC—418: 1 dita n. 7.840, idem.
 Alfandega do Rio de Janeiro, 20 de maio de 1901. — Pelo inspector, *Francisco Manoel Fernandes*, ajudante.
 Dia 20
 Vapor francez *Ville de S. Nicolas*, procedente do Havre, entrado em 11 de maio de 1901.— Manifesto n. 307.
 Armazem n. 12—CLS: 1 caixa n. 505, avariada.
 EPE—PC: 1 dita n. 928, repregada.
 JSC: 1 dita n. 191, avariada.
 JRS: 1 dita n. 1.197, idem.
 J—R—C—C: 1 dita n. 2.994, repregada.
 Idem: 1 dita n. 2.985, idem.
 RSC: 1 dita n. 5, idem.
 TD—MLC: 1 fardo n. 3.884, rôto.
 Vapor inglez *Salust*, procedente de Liverpool, entrado em 16 de março de 1901.— Manifesto n. 323.
 Armazem das Amostras—ME—AT: 1 caixa n. 1, repregada.
 MSSM: 1 dita n. 4.579, idem.
 Serafim Claire: 2 pacotas ns. 16 e 17, rotos.
 Soutto Maior & Comp.: 1 dito sem numero, avariado.
 P. S. Nicolson & Comp.: 2 fardos ns. 10 e 2, idem.
 Braga Carneiro: 1 caixa sem numero, repregada.
 WTGEPP: 1 dita idem, idem.
 ESC: 1 pacote n. 1.731/34, avariado.
 WF Chodou: 1 caixa sem numero, idem e repregada.
 Vapor inglez *Danube*, procedente do Southampton, entrado em 13 de março de 1901.— Manifesto n. 310.
 Armazem n. 3—SGC: 1 barrica n. 8.821, repregada.
 Idem: 1 dita n. 8.815, idem.
 P—153—E: 2 caixas ns. 13 e 15, repregadas.
 CC: 1 dita n. 1.227, idem.
 COS: 1 dita n. 197, idem.
 CPC: 1 dita n. 176, idem.
 Idem—D: 1 dita n. 231, idem.
 CVR: 1 dita n. 129, idem.

EMCC: 1 dita n. 1.971, avariada.
 JRCC: 1 dita n. 121, repregada.
 JCC: 1 dita n. 4, idem.
 TCVM: 1 dita n. 189, idem.
 Idem: 1 dita n. 190, idem e avariada.
 C. Colombo: 2 ditos ns. 159, 163, idem.
 Idem: 2 ditos ns. 173, 174, idem.
 LF: 3 ditos sem numero, idem.
 LS: 1 dita n. 1.343, idem.
 M. de La Balze & C.: 1 dita sem numero, idem.
 N—G: 1 dita n. 4.638, idem.
 MF de B: 1 dita n. 8.604, idem.
 Idem: 1 dita n. 8.606, idem.
 MS: 1 dita n. 1.423, idem.
 SPC: 1 dita sem numero, idem.
 SS—BC: 1 dita n. 3.226, idem.
 Idem: 1 dita n. 3.229, idem.
 Vapor allemão *Bahia*, procedente de Hamburgo, entrado em 14 de maio de 1901.—Manifesto n. 309.
 Armazem n. 10—FAC—AC: 1 caixa n. 30, repregada.
 HC—HL: 1 dita n. 6.079, idem.
 P—D—C: 1 dita n. 729, idem.
 150: 1 dita n. 3.094, idem.
 Armazem n. 10—RSC: 1 caixa n. 1.315, repregada.
 PC—LR: 1 dita n. 10.277, idem.
 Despacho sobre agua—C—M—C: 1 dita n. 632, idem.
 Armazem da Estiva—ML: 1 barrica n. 230, idem.
 Armazem n. 10—CPC: 1 caixa n. 5.670, idem.
 CSC: 1 dita n. 8.854, idem.
 MC: 1 dita n. 5.057, idem.
 HC—HL: 1 dita n. 6.077, idem.
 IDC: 1 dita n. 14.269, idem.
 FSC: 1 dita n. 1.084, idem.
 LOS: 1 dita n. 4.528, idem.
 Barca portugueza *Triumpho*, procedente de Porto, entrada em 3 de maio de 1901.—Manifesto n. 317.
 Armazem n. 15—JJGC: 3 caixas sem numero, repregadas.
 Idem: 1 dita, idem.
 Idem: 1 dita, idem.
 CAC: 1 dita n. 1, idem.
 Vapor allemão *Amazonas*, procedente de Hamburgo, entrado em 14 de maio de 1901.—Manifesto n. 308.
 Armazem n. 4—MC: 1 caixa n. 8.611, avariada.
 MSC: 1 dita n. 410, idem.
 Indiana: 1 dita n. 2.149, idem.
 Idem: 1 dita n. 2.130, idem.
 Despachos sobre agua—JFB: 1 dita n. 10.414, avariada e repregada.
 JAA: 1 dita sem numero, repregada.
 TJ: 1 dita n. 4.001, repregada e avariada.
 GSC: 1 dita n. 6.698, repregada.
 Armazem n. 4—GAC: 1 dita sem numero, avariada.
 JCC: 1 dita n. 4.885, idem.
 JASC: 1 dita n. 8.971, idem.
 Armazem n. 4—MG: 1 caixa n. 1.039, avariada.
 ARC: 1 dita n. 8.066, idem.
 BBC: 2 ditos ns. 132 e 133, idem.
 R—O: 1 dita n. 837, idem.
 PSNC—S: 1 dita n. 141, idem.
 M de C: 1 dita n. 1.032, idem.
 ECF—B: 1 dita n. 61, idem.
 AVC: 1 dita n. 6.825, idem.
 RO—Arp & Comp.: 1 dita n. 2.373, idem.
 Vapor inglez *Sallust*, procedente de Leixões, entrado em 17 de maio de 1901.—Manifesto n. 323.
 Trapiche da Ordem—JJGC: 5 caixas sem numero, com falta.
 Idem: 10 ditos idem idem.
 Idem: 6 ditos idem idem.
 Barca portugueza *Venturosa*, procedente do Porto, entrada em 9 de maio de 1901.—Manifesto n. 297.
 Armazem n. 1—Macedo—W: 1 caixa n. 1, repregada.
 ZRC: 1 dita n. 1, idem.

Santos Junior: 5 ditos, sem numero, avariadas.
 G: 6 ditos, idem, idem.
 CAC: 2 ditos, idem, idem.
 S—B: 1 dita, idem, idem.
 ZRC: 2 ditos, idem, idem.
 VS: 20 engradados, idem, quebrados.
 Idem: 2 ditos, idem, idem.
 Idem: 1 dito, idem, idem.
 Vapor allemão *Bahia*, procedente de Hamburgo, entrado em 14 de maio de 1901.—Manifesto n. 309.
 Armazem n. 10—87: 1 caixa n. 1.027, repregada.
 PF: 1 dita n. 9.415, idem.
 HSC: 1 dita n. 2.505, idem.
 Armazem n. 10—FM: 2 caixas ns. 391 e 378, repregadas.
 CPC: 2 ditos ns. 5.666 e 5.671, idem.
 TJC: 1 dita n. 5.044, idem.
 MK: 1 dita n. 494, idem.
 336: 1 dita n. 27, idem.
 MBC: 1 dita n. 403, idem.
 W: 1 dita n. 6.453, idem.
 DCC: 1 dita n. 1.406, idem.
 Vapor francez *Ville de Saint Nicolas*, procedente do Havre, entrado em 11 de maio de 1901.—Manifesto n. 307.
 Armazem n. 12—Silvas: 1 caixa n. 164, repregada.
 Sobre agua—MPC: 3 ditos sem numero, idem.
 JJGC: 3 ditos idem, idem.
 Idem—Superior: 10 ditos idem, idem.
 Idem: 4 ditos idem, idem.
 Idem: 15 ditos idem, idem.
 Idem: 15 ditos idem, idem.
 MFC: 13 ditos idem, idem.
 Idem: 11 ditos idem, idem.
 Vapor inglez *Coleridge*, procedente de Liverpool, entrado em 10 de maio de 1901.—Manifesto n. 300.
 Ponte do Rozario—SAC: 5 barris sem numero, vasando.
 Idem: 1 dito idem, idem.
 Vapor francez *Les Alpes*, procedente de Napoles, entrado em 18 de maio de 1901.—Manifesto n. 327.
 Armazem da Bagagem—Sem marca: 4 caixas sem numero, repregadas.
 Idem: 2 malas idem, idem.
 Idem: 1 bahu idem, idem.
 G. Anicet: 1 dito idem, idem.
 J. H. Berniola: 1 caixa idem, idem.
 Vapor francez *La Plata*, procedente de Bordéus, entrado em 19 de maio de 1901.—Manifesto n. 330.
 Armazem n. 6—Agente Messageries Maritimes: 2 caixas sem numero, repregadas e avariadas.
 Idem: 2 ditos idem, idem, idem.
 Idem: 1 bahu idem, idem, idem.
 Idem: 3 malas idem, idem, idem.
 Idem: 1 amarrado idem, quebrado.
 Armazem de amostras—OMC: 1 caixa n. 3.858, repregada.
 MR: 1 dita n. 399, idem.
 MF: 1 dita n. 616, idem.
 RCM: 1 dita n. 2, idem.
 Vapor allemão *Hispania*, procedente do Havre, entrado em 14 de maio de 1901.—Manifesto n. 312.
 Armazem n. 14—HSC: 2 caixas ns. 15.177—307, repregadas e avariadas.
 Idem: 1 dita n. 6.333, idem, idem.
 Idem: 2 ditos ns. 4.088, 4.741, idem, idem.
 Idem: 1 dita n. 262, avariada.
 J—R—C—C: 2 ditos ns. 3.047 e 2.989, repregadas.
 JFC: 2 ditos ns. 2.033 e 2.034, idem.
 K: 1 dita n. 4.740, idem.
 LOS: 1 dita n. 954 E, idem.
 Idem: 1 dita n. 954 F, idem.
 MEC—OO: 1 dita n. 10.458, idem.
 JPR: 1 dita n. 5.349, idem.
 CCC: 2 ditos ns. 10.744 e 10.843, idem.
 Vapor inglez *Sallust*, procedente de Liverpool, entrado em 16 de maio de 1901.—Manifesto n. 323.

Armazem n. 9—JJHC: 1 caixa sem numero, repregada.
 MFB: 1 dita n. 5.982, idem.
 SAC—H: 2 ditos ns. 7 e 8, idem.
 ASB: 2 ditos ns. 4 e 5, avariadas.
 RBC: 1 dita n. 8680, idem.
 Armazem n. 9—CPC: 2 caixas ns. 555 e 409, avariadas e repregadas.
 Idem: 2 ditos ns. 498 e 534, idem idem.
 C—T: 5 ditos sem numero, idem e xasando.
 Idem: 3 ditos idem, repregada e avariada.
 FA: 1 dita n. 80, repregada e avariada.
 FA—F&C—CL: 2 ditos ns. 872 e 864, idem idem.
 Idem: 2 ditos ns. 861 e 868, idem idem.
 HHS: 1 dita n. 3.745, idem idem.
 CPC: 1 dita n. 1.741, idem idem.
 Vapor allemão *Hispania*, procedente de Hamburgo, entrado em 14 de março de 1901. Manifesto n. 312.
 Armazem n. 14—30—R: 1 caixa n. 685, repregada.
 SM—FC: 1 dita n. 6.953, idem.
 SPC: 1 fardo n. 2.025, roto.
 VH: 1 dita n. 595, idem.
 CAC: 5 garrações sem numero, quebrados.
 CE: 5 ditos idem, idem.
 CC: 1 caixa n. 9.001, repregada.
 D: 1 dita n. 379, idem.
 FSC—K: 1 dita n. 8.841, idem.
 Vapor allemão *Bahia*, procedente de Hamburgo, entrado em 14 de maio de 1901.—Manifesto n. 309.
 Armazem n. 10—JASC: 3 caixas ns 1, 3 e 4, repregadas.
 EBC: 2 ditos ns. 2.302 e 2.301, idem.
 HB—B: 2 ditos ns. 598 e 635, idem.
 LM: 1 dita sem numero, idem.
 DCC: 2 ditos ns. 9.047 e 9.110, idem.
 JSC: 1 dita n. 2, idem.
 JJCS: 1 dita sem numero, idem.
 TJ: 1 dita n. 2.948, idem.
 Alfandega do Rio de Janeiro, 21 de maio de 1901.—Pelo inspector, *Francisco Manoel Fernandes*, ajudante.

Alfandega do Rio de Janeiro

EDITAL COM O PRAZO DE 30 DIAS

Pela Inspectoria desta Alfandega se faz publico que, achando-se as mercadorias contidas nos volumes abaixo mencionados no caso de serem arrematadas para consumo, os seus donos ou consignatarios deverão despachal-as ou retiral-as no prazo de 30 dias, sob pena de, findo este, serem vendidas por sua conta, nos termos do titulo 5º, capitulo 5º, da Consolidação, das Leis das Alfandegas, sem que lhes fique direito de allegar contra os effeitos desta venda.

Armazem de consumo

WBOX—B133: 1 barrica n. 100, vinda de Hamburgo no vapor allemão *S. Paulo*, descarregada em 19 de setembro de 1900.
 Gato Preto—JHL&C: 5 barris ns. 500/04, vindos da mesma procedencia no vapor allemão *Itaparica*, descarregados em 19 de janeiro de 1900; consignados a J. H. Lowndes & Comp.
 Idem: 11 barris ns. 506/16, vindos da mesma procedencia no vapor allemão *Antonina*, descarregados em 12 de fevereiro de 1900; consignados ao mesmo.
 MS: 9 barricas ns. 301/09, vindas do Havre no vapor francez *Concordia*, descarregadas em 8 de maio de 1900; consignadas a Manso Sayão.
 HSRJ: 4 tambores de ferro ns. 1.297 a 1.300, vindos de Hamburgo no vapor allemão *Tucuman*, descarregados em 23 de junho de 1900; consignados a J. Beck & Comp.
 JHL&C—Gato Preto: 10 barris ns. 1.495 a 1.504, vindos da mesma procedencia no vapor allemão *Babitonga*, descarregados em 3 de julho de 1900; consignados a J. H. Lowndes & Comp.

L—LS: 1 barril n. 40, vindo da mesma procedencia no vapor allemão *Antonina*, descarregado em 27 de julho de 1900; consignado aos mesmos.

JHL&C—Gato Preto: 10 caixas ns. 2.530/39, vindas da mesma procedencia no vapor allemão *Amazonas*, descarregadas em 28 de agosto de 1900; consignadas ao mesmo.

JB: 50 ditos, vindas de Bordéas no vapor francez *Chile*, descarregadas em 11 de setembro de 1900; consignadas a J. Barcellos.

FB: 40 barris, vindos de Hamburgo no vapor allemão *S. Nicolas*, descarregados em 20 de setembro de 1900.

Idem: 15 ditos, vindos da mesma procedencia, vapor e descarga.

GP—JHL&C: 18 barricas ns. 26/38, 45, 44, 42, 69 e 40, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga.

CP&C: 7 ditos ns. 39, 41, 101, 47/50, vindas da mesma procedencia, vapor e descarga; consignadas a Costa Pereira & Comp.

Trapiche Saude—EBC: 43 quintos, vindos de Genova, no vapor italiano *Alacridi*, descarregados em 29 de dezembro de 1898.

TBF: 1 barril, vindo do Havre no vapor francez *Ville de S. Nicolas*, descarregado em 31 de janeiro de 1900; consignado a Teixeira Bastos & Irmão.

CC: 1 quinto, vindo da mesma procedencia no vapor francez *Columbia*, descarregado em 11 de fevereiro de 1900; consignado a Cardoso Cerqueira & Comp.

Souzão: 2 barris de quinto, vindos de Leixões no vapor allemão *Northeria*, descarregados em 26 de fevereiro de 1900.

PIC: 150 quintos, vindos do Porto na barca portugueza *Clara*, descarregados em 10 de maio de 1900, consignados a Pinheiro Irmão & Comp.

Quinta das Delicias—Branco ZRC: 1 barril de quinto, vindo de Piuma no vapor hungaro *Barross*, descarregado em 14 de maio de 1900.

OGS: 200 barris de quinto, vindos do Porto na barca portugueza *Triumpho*, descarregados em 12 de julho de 1900, consignados a Oliveira Guimarães & Santos.

JACM: 39 barris de quinto, vindos do Porto na barca portugueza *Novo Lido*, descarregados em 3 de setembro de 1900, consignados a Dias Pereira & Aguiar.

SC&C: 85 barris de quinto, vindos da mesma procedencia, vapor e descarga.

MFC: 99 barris de quinto, vindos do Trieste no vapor hungaro *Deak*, descarregados em 17 de outubro de 1900, consignados a M. Faria & Comp.

GB—Porto Alegre: 34 barris, vindos da mesma procedencia, vapor e descarga.

Alfandega do Rio de Janeiro, 22 de maio de 1901. — Pelo inspector, *Francisco Manoel Fernandes*, ajudante.

Imprensa Nacional

EDITAL DE CONCORRENCIA

De ordem do Sr. Dr. director geral faço publico que, na secção central deste estabelecimento, se recebem propostas até ao dia 30 do corrente, á 1 hora da tarde, para a venda de duas machinas de moer tinta, sendo uma de moeta, puxavante e pedra marmore, do autor Alauzet, e uma outra pequena; e um motor a gaz, systema Otto de força de quatro cavallos, fazendo 200 rotações por minuto, e um guincho.

Estes objectos estarão patentes aos Srs. concurrentes, diariamente, das 10 horas da manhã ás 2 horas da tarde.

Para garantia de suas propostas, depositarão previamente os Srs. proponentes a quantia de 100\$, na thesouraria desta repartição.

Secção Central da Imprensa Nacional, 15 de maio de 1901.—O chefe, *A. Ribeirão Ferreira*.

Quarto Districto Militar

CONSELHO DE FORNECIMENTO DE VIVERES ÁS PRAÇAS, FORRAGENS E FERRAGENS AOS CAVALLOS E MUARES DOS CORPOS DO EXERCITO DESTA CAPITAL

De ordem do Sr. general commandante do 4º districto e presidente deste conselho, faço publico que, no dia 29 do corrente, ás 11 1/2 horas da manhã, no quartel-general, se realizará a concorrência para fornecimento dos generos alimenticios, forragens e ferragens e artigos para asseo e limpeza dos quartéis, tudo para os corpos arregimentados em guarnição do Districto Federal, comprehendendo Realengo, Curato de Santa Cruz, Laboratorio do Campinho, Asylo dos Invalidos da Patria e fortalezas, do modo por que se segue:

Viveres

Por kilogramma: arroz nacional, assucar branco de Pernambuco, 1ª, refinado de 1ª, 2ª e 3ª, banha nacional «Alves», bacalhau, batata ingleza, café em grão, typo 7, café moído superior, carne fresca de vacca e de porco, dita secca, chá Hyson, preto e verde perola, goiabada de Campos ou Pernambuco, manteiga nacional Engelk e Busch ou mineira, massa para sopa, nacional e estrangeira, herva-matte em folha, pão, queijo mineiro e toucinho mineiro.

Por litro: azeite doce de Lisboa; farinha de Magé, aguardente nacional, feijão preto, sal commum, vinagre tinto, vinho virgem.

Por unidade: lenha, acha de metro com tres kilos, cada uma; ração, verduras e temperos; sobremesa para cada praça: duas laranjas ou duas bananas.

Forragens

Por kilogramma: alfafa, capim verde, farelo e milho nacional.

Asseo

Sabão virgem e commum, kilogramma; pomada para limpar metacos, lata; tijolo de areiar, cada um; vassouras de piassava grandes e pequenas e de palha, systema americano, numeradas, duzia.

Ferragens

Ferraduras para cavallos e com rompão para muar, cento; cravos numeros 7 e 8, milhoiro.

Não se exige a condição de ser negociante matriculado, sendo bastante para concorrer ao fornecimento que o pretendente se habilite perante este Quartel General até o dia 28 do corrente, exhibindo, junto ao requerimento dirigido ao Sr. general presidente, documento de haver pago imposto da respectiva casa ou escriptorio commercial, relativo ao ultimo semestre vencido e que prove a posse de bens, mercadorias, titulos livres desembaraçados, com valor nunca menor ao fornecimento pretendido.

No acto da apresentação da proposta, provará com a respectiva cautela haver depositado no cofre da Contabilidade Geral da Guerra a quantia de 1.000\$, para garantir a assignatura do contracto. As propostas deverão conter a declaração expressa de caucionar o proponente 5% da importancia provavel dos viveres a fornecer durante o semestre, tomando-se por base a importancia do fornecimento no semestre anterior, e de sujeitar-se a uma multa no valor dessa importancia si deixar de comparecer para assignar o respectivo contracto dentro do prazo de que for notificado pelos annuncios publicados nas folhas.

A proposta em duplicata, sendo uma das vias competentemente sellada, será feita com toda clareza, sem rasura ou emenda não resalvada, e conterá, além dos preços em algarismo e por extenso, a procedencia ou a marca dos generos para conhecimento de sua qualidade, assim como declaração de que se obriga a fornecel-os de accordo com as clausulas do contracto, cujas principaes bases são:

Fornecer pelos preços de suas propostas, durante todo o semestre, não só aos corpos e estabelecimentos militares, como a todos os officiaes, quer arregimentados, quer não, ou mesmo em transitio, e aos empregados civis do Ministerio da Guerra, correndo por conta do contractante, carretos e transportes até o recebimento official, dentro dos prazos que lhe forem determinados.

Todos os generos serão de primeira qualidade e de marca preferida.

As demais clausulas podem ser lidas das 10 ás 3 horas do dia pelos pretendentes que desejarem conhecer os compromissos que vão assumir para com a Fazenda Nacional.

Peso e medida dos generos serão liquidados dos envolveros.

Os pagamentos são feitos mensalmente pelos cofres dos conselhos economicos dos corpos, salvo os fornecimentos aos officiaes e empregados civis que serão immediatos.

As propostas serão apresentadas em carta fechada e só serão tomadas em consideração com a presença do seu signatario ou procurador idoneo.

Secretaria do Quartel General do Commando do 4º Districto Militar, na Capital Federal, 20 de maio de 1901.—*Estanislão Vieira Pamplona*, capitão-secretario.

Direcção Geral de Saude do Exercito

CONCURSO PARA ADMISSÃO DE MEDICOS DE 5ª CLASSE NO QUADRO EFFECTIVO DO EXERCITO

De ordem do Sr. director geral de saude do exercito, faço publico que estará aberta nesta repartição, tres mezes depois da publicação deste no *Diario Official*, durante o prazo de 20 dias, a inscricção para o concurso de tres vagas de medicos de 5ª classe, na conformidade das instrucções approvadas pelo Ministerio da Guerra e publicadas na ordem do dia do exercito, n. 82, de 16 de julho de 1900.

Cada candidato deverá apresentar, no prazo acima marcado, petição escripta e assignada por si ou bastante procurador, e exhibir documentos em que prove ser:

- 1º, cidadão brasileiro, no goso de seus direitos civis e politicos;
- 2º, doutor em medicina por qualquer das facultades do Brazil;
- 3º, de comportamento illibado;
- 4º, menor de 30 annos de idade, de accordo com o decreto n. 1.731, de 22 de junho de 1894;
- 5º, de robustez, saude e aptidão para o serviço, na paz e na guerra.

Este ultimo requisito será comprovado perante a junta do Conselho Superior de Saude nesta Capital.

Ao concurso serão admittidos não só os actuaes adjuntos, como os medicos civis, sendo as respectivas provas as exigidas pelas citadas instrucções, e as nomeações feitas na forma estipulada pelo art. 41 das mesmas instrucções.

Os interessados que precisarem de mais informações poderão, para esse fim, dirigir-se a esta repartição, e nos Estados, aos respectivos delegados e chefes de serviço.

Direcção Geral de Saude do Exercito, 25 do abril de 1901.—Dr. *Antonio de Franco Lobo*, capitão-chefe do gabinete, interino.

Intendencia Geral da Guerra

O conselho do compras desta repartição recebe propostas, no dia 25 do corrente, até ás 11 horas da manhã, para a compra de 10.000 cobertores de lã encarnada.

Os concurrentes deverão apresentar amostra do artigo referido, observar as disposições relativas a estas concorrências e bem

assim apresentar documento de caução da quantia de 1.000\$ feita na Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.

Previne-se que, de accordo com o art. 64 do regulamento desta repartição, as firmas commerciaes deverão apresentar certidão do seu contracto social extrahido do livro de registro da Junta Commercial.

Primeira secção da Intendencia Geral da Guerra, 17 de maio de 1901. — O chefe, tenente-coronel *Manoel Ferreira Neves Junior*.

O conselho de compras desta repartição recebe propostas no dia 28 do corrente, até ás 11 horas da manhã, para o fornecimento dos seguintes artigos:

- 7 metros de panno mesela fino.
 - 22 ditos de flanela garance fina.
 - 40 ditos de flanela azul ferrete fina.
 - 33^m.60 de flanela azul ultramar fina.
 - 17^m.60 de panno azul ultramar fino.
 - 746 metros de brim branco de linho trançado.
 - 140 ditos de morim para forro.
 - 200 ditos de metim trançado listrado.
 - 4.470 ditos de cadarço preto de lã de 0,018.
 - 1.000 ditos de algodão para forro.
 - 13.500 ditos de algodão morim para camisas.
 - 10.600 ditos de algodão encorpado para ceroulas.
 - 26.000 ditos de brim escuro trançado.
 - 12.400 ditos de brim branco liso.
 - 2.800 ditos de baeta azul ferrete.
 - 42.000 botões de metal amarello convexos de 20 X 8.
 - 48.000 botões de metal amarello convexos de 14 X 8.
 - 21.500 botões grandes de osso preto, polidos.
 - 48.800 botões de osso, preto, pequenos, polidos.
 - 42.500 botões de osso, branco, pequenos, polidos.
 - 1.500 metros de cadarço branco de linho de 0,011.
 - 7.600 ditos de corião de algodão garance.
 - 1.540 ditos de flanela garance, regular.
 - 1.440 ditos de flanela azul ultramar, idem.
 - 7.100 ditos de flanela azul ferrete, regular.
 - 240 ditos de ganga garance.
 - 14.400 ditos de metim trançado, de cores.
 - 4.300 ditos de souteche de lã garance.
 - 500 ponches de panno, para praças de artilharia e cavallaria.
 - 50 pares de luvas de camurça.
- Os botões podem ser incluídos em uma só proposta.

Os concurrentes deverão apresentar amostras dos referidos artigos, observar as disposições relativas a estas concurrencias, e bem assim apresentar o documento da caução de 1.000\$ feita na Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.

Previne-se que, de accordo com o art. 64 do regulamento desta repartição, as firmas commerciaes deverão apresentar certidão do respectivo contracto social extrahido do livro de registro da Junta Commercial.

Primeira secção da Intendencia Geral da Guerra, 20 de maio de 1901. — O chefe, tenente-coronel *Manoel Ferreira Neves Junior*.

Hospital Central do Exercito (Morro do Castello)

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS E OUTROS ARTIGOS A ESTE HOSPITAL, DURANTE O 2º SEMESTRE DE 1901

De ordem do Sr. tenente-coronel Dr. presidente do conselho economico deste hospital, faço publico que, a 28 do corrente mez, ás 11 horas da manhã, serão recebidas, no Hospital Central do Exercito, propostas para o fornecimento, durante o 2º semestre de 1901, dos generos alimenticios de pri-

meira qualidade e outros artigos abaixo especificados, os quaes serão entregues neste estabelecimento, por conta dos fornecedores, a saber:

Em kilo, peso liquido: arroz de Iguape, araruta, assucar refinado de primeira qualidade, banha americana (em barril), batata ingleza, biscoitos de araruta, bolachinhas americanas, chá verde da India, dito preto, café em pó, carne de vacca, dita de carneiro, goiabada de Campos, marmelada nacional, manteiga Demagny, Rio Claro e G. Enkel, macarrão nacional, matte em folha, pão de 140 grammas, verduras o tomporos, chocolate, peixe fresco, sabão commum, velas de composição, marca «Brazileira», sal, geleia de marmellos e de musgo, pão de ló torrado, polvilho e sagú.

Em litro: leite de vacca, farinha fina de Magé e vinagre.

Em garrafa: vinho do Porto (Villar d'Allen) e generoso.

Em unidade: gallinhas, frangos, ovos, bananas de S. Thomé, limões azedos, lenha, em achas de tres kilos, vassouras de piassava, grandes e pequenas, tijolos de arear e phosphoros marca «Olho». Lavagem e concerto de roupa, por peça, sem distincção de qualidade.

Póde concorrer qualquer negociante, independente de ser matriculado, cumprindo, porém, que os pretendentes se habilitem até meio-dia de 27 do corrente mez, na fórma dos arts. 31 e paragrafos e 34 do regulamento approved por decreto n. 2.213, de 9 de janeiro de 1896, e publicado a 21 do mesmo mez e anno, devendo os concurrentes receber até aquelle dia o hora (27), na secretaria deste hospital (morro do Castello), as relações impressas dos generos e artigos necessarios para as propostas, que deverão ser em duplicata, sendo uma sellada e ambas assignadas o apresentadas perante o conselho, em envolvero fechado, no dia e hora acima designados, pelos proprios ou por prepostos, devidamente habilitados.

Para garantia da assignatura dos contractos, os concurrentes farão, antecipadamente, uma caução de 5 %, calculada sobre a importancia provavel dos generos a fornecer durante o semestre, perdendo taes cações os concurrentes preferidos que não comparecerem para firmar os respectivos contractos.

Os fornecedores ficarão sujeitos, de accordo com os arts. 29 e 33 do regulamento citado, ás multas de 25 ou 50 %, nos casos de infracções estipuladas nas propostas impressas e obrigam-se a fornecer a dinheiro, pelos preços do contracto, aos officiaes e empregados deste estabelecimento.

Na secretaria deste hospital, nos dias uteis, das 8 horas da manhã ás 2 da tarde, dar-se-hão quaesquer informações de que carecerem os pretendentes á concurrencia (vide *Jornal do Commercio*, nos dias 22, 24, 26 e 28.

Hospital Central do Exercito, 20 de maio de 1901. — O secretario, major honorario *José Antonio de Freitas Amaral*.

Corpo de Bombeiros

FORNECIMENTO DE DIVERSOS ARTIGOS

De ordem do Sr. coronel commandante, faço publico que, no dia 25 do corrente mez, ao meio-dia, serão recebidas e abertas, na contadoria deste corpo, propostas para o fornecimento durante o segundo semestre do corrente anno, de diversos artigos para pintura, fôrragem, ferragens, ferramentas, madeiras e materiaes, couros e artigos para corrieiros, fardamento, artigos para escriptorio, para luzes e para machinas, ferros, metaes, drogas para pharmacia e a lavagem de roupa da enfermaria.

As amostras e impressos acham-se á disposiçao dos Srs. proponentes nesta secretaria, onde se informarão das condições do fornecimento, das 10 da manhã ás 3 da tarde.

As propostas deverão ser apresentadas em duplicata, em carta fechada, sem emendas nem rasuras, estampilhadas e assignadas pelo proponente ou acompanhadas da respectiva procuração, devidamente legalizada.

Nenhuma proposta será aceita sem que esteja nas condições acima, devendo os seus signatarios depositar na contadoria do corpo a quantia de 100\$, que revertará em favor dos cofres publicos, si o proponente, no caso de ser accoito, deixar de assignar o devido contracto, depois de notificado para esse fim.

Por occasião da assignatura será depositada na mesma contadoria, para garantia da execuçao dos respectivos contractos, a importancia equivalente a 10 % do fornecimento provavel de um mez, não devendo, porém, essa importancia ser inferior a 100\$000.

Secretaria do Corpo de Bombeiros, 18 de maio de 1901. — *Alfons Augusto José Ferreira Coelho*, secretario.

EDITAL

Tribunal Civil e Criminal

CAMARA COMMERCIAL

De citação, com o prazo de 10 dias, aos credores de Luiz Caruzo, para dizerem sobre o pedido de homologação da concordata pelo mesmo offerecida, na fórma abaixo:

O Dr. José Luiz de Bulhões Pedreira, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.:

Faz saber aos que o presente edital virem que, por este juizo e cartorio do escriptivo que este subscreve, processam-se os autos de concordata de Luiz Caruzo, os quaes foram iniciados com a petição do teor seguinte: Exm. Sr. Dr. presidente da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal — Diz Luiz Caruzo, negociante, estabelecido á rua da America n. 145, com commercio de secco e molhados e com firma inscripta no registro da meritissima Junta Commercial, que, tendo feito com seus credores, representando tres quartos da totalidade do passivo, concordata extra-judicial; como se vê do documento junto sob o n. 1, requer a V. Ex. se sirva designar um dos preclaros juizes dessa egregia camara, que, tomando conhecimento da presente, homologue a referida concordata, depois de preenchidas as formalidades legais. O supplicante junta a relação nominal de seus credores, acompanhada do domicilio de cada um delles, a natureza dos titulos e o importe de cada credito, conforme preceitua o art. 121 do decreto n. 917, de 24 de outubro de 1890. Assim, pede e espera deferimento. Rio, 18 de maio de 1901. — *Arthur Ferreira de Mello*, advogado. Despacho: Ao Sr. Dr. B. Pedreira. Rio, 20 de maio de 1901. — *T. Torres*. Despacho: D. A. publico quem se editaes na fórma da lei. Rio, 20 de maio de 1901. — *B. Pedreira*. Distribuição: D. a C. Real, em 20 de maio de 1901. — O distribuidor, *J. Conceição*. Em virtude do que se passou o presente pelo teor do qual citam-se os credores de Luiz Caruzo, para, no prazo de 10 dias, dizerem sobre o pedido de homologação da concordata pelo mesmo offerecida, na qual propo pagar aos seus credores 10 % em moeda, depois de homologada a sua concordata, sob pena de á revelar se proceder como for de direito. E para constar passaram-se este e mais dous de igual teor, que serão publicados e affixados na fórma da lei. Dado e passado nesta Capital Federal, em 21 de maio de 1901. E eu, Francisco de Borja de Almeida Côrte Real, escriptivo, o subscrevi. — *José Luiz de Bulhões Pedreira*.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

	90 d/o	A'vista
Sobre Londres.....	12 9/32	12 15/64
> Pariz.....	\$776	\$779
> Hamburgo.....	\$958	\$962
> Italia.....	—	\$721
> Portugal.....	—	314
> Nova York.....	—	4\$040
Vales do ouro nacional, por 1\$000.....	2\$235	

CURSO OFFICIAL DE FUNDOS PUBLICOS

Apolices

Apolices de 3 % (inscrições), port.....	619\$000
Ditas geraes miudas, de 5 %....	710\$000
Ditas geraes de 1:000\$, de 5 %...	733\$000
Ditas do Empréstimo Nacional, de 1895, port.....	723\$000
Ditas idem idem de 1895, nom..	731\$000
Ditas idem idem de 1897, nom...	892\$000
Ditas do Empréstimo Municipal de 1896, port.....	117\$000
Ditas idem idem de 1896, nom...	122\$000

Bancos

Banco da Republica do Brazil...	50\$750
---------------------------------	---------

Companhias

Comp. Melhoramentos no Brazil	11\$000
Dita Seguros Confiança.....	35\$000

Debentures

Debs. Engenho Central de Quissamã.....	91\$000
Ditas Melhoramentos de São Paulo.....	100\$000
Ditas Docas de Santos.....	149\$750

Vendas por alvard

90 apolices geraes de 1:000\$000, de 5 %.....	734\$020
80 acções do Banco da Republica do Brazil.....	50\$500
25 ditas da Comp. Confiança Industrial.....	116\$500
25 ditas da mesma companhia..	116\$500
25 ditas da mesma companhia..	116\$500
25 ditas da mesma companhia..	116\$500
35 ditas da mesma companhia..	118\$000
40 ditas da mesma companhia..	118\$000
100 ditas da mesma companhia..	118\$000
100 ditas da mesma companhia..	118\$000

Capital Federal, 22 de maio de 1901.—José Claudio da Silva, syndico.

PATENTES DE INVENÇÃO

N. 3.324 — Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio, durante 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para «Um novo explosivo». Invenção da Sociedade por Acções «Prométhée», estabelecida em Moscov (Russia.)

A presente invenção tem por objecto um novo explosivo inoffensivo «Donar», formado de dous componentes, a saber, uma mistura pulverulenta e uma mistura liquida que se podem fabricar separadamente em usinas e se transportar ou conservar em armazem sem perigo algum de explosão, effectuando-se somente no logar da operação, quinze minutos pouco mais ou menos antes da explosão, a embolção do componente pulverulento com o componente liquido, a qual communica á mistura propriedades explosivas.

O explosivo inoffensivo «Donar» é formado de duas componentes, a saber:

1º, 80 partes em peso de uma mistura mecanica de duas substancias pulverizadas, e 2º, 20 partes em peso de uma mistura de dous liquidos.

Separadamente, estes dous componentes não tem nenhuma propriedade explosiva, obtendo-se as propriedades explosivas pela humectação do primeiro componente com o segundo.

As substancias que formam o componente pulverulento com explosivo «Donar» são as seguintes:

Sal de Bertholet (K. Cl O ³)	70 %	80 %
Pernanganato de potassa (K. Mn. O ⁴).....	30 %	20 %
	100 %	100 %

As substancias que formam o componente liquido são:

	I	II
Nitrobenzol (C ⁶ H ⁵ NO ²)....	80 %	60 %
Essencia de therebintina (C ¹⁰ H ¹⁶).....	20 %	40 %
	100 %	100 %

Para augmentar as propriedades explosivas adiciona-se ao componente secco bichromato de potassa (K² Cr² O⁷) em proporções variando de 2 a 10 %. Apresenta, porém, esta addicção o inconveniente de se elevar a temperatura, quando se humecta o componente secco com o componente liquido, podendo essa temperatura alcançar 150° C.

Póde-se effectuar a composição nas seguintes proporções:

	I	II
Sal de Bertholet (K Cl O ³). Pernanganato de potassa (K Mn O ⁴).....	70 %	70 %
Bichromato de potassa (K ² Cr ² O ⁷).....	2 %	10 %
	100 %	100 %

Componente liquido:

Nitrobenzol (C ⁶ H ⁵ NO ²)....	70 %	80 %
Essencia de terobintina (C ¹⁰ H ¹⁶).....	30 %	20 %
	100 %	100 %

O componente secco do explosivo «Donar» não se inflamma ao contacto do corpos inflammados e não faz explosão nem pelo choque, nem por martellada.

O segundo componente (liquido) arde com chama vermelha e fumegante sem explosão, que se póde facilmente apagar por meio de agua ou areia.

Os dous componentes reunidos do explosivo «Donar» se inflammam ao contacto de corpos inflammados e ardem com uma chama viva sem fazer explosão.

Graças ás propriedades inoffensivas dos componentes do explosivo «Donar», que facilitam seu transporte por estradas de ferro e sua conservação em armazens, preparam-se os componentes separadamente na usina.

Obtem-se o primeiro componente secco pela mistura mecanica dos pós mencionados, comprimindo-se depois essa mistura em cartuchos de papel ou metal, de quaesquer dimensões.

Os estojos do papel ou, em seu logar, estojos de algodão podem se impregnar de colla de peixe, á qual se addiciona bichromato de potassa, no caso de se empregar um estopim humido.

O segundo componente, formado pela mistura dos dous liquidos mencionados, deita-se em latas de diversas dimensões, que se sellam em seguida.

Transportados separadamente os componentes do explosivo «Donar» ao logar da operação, preparam-se esses explosivos do seguinte modo para guarnecer os furos de mina:

Collocam-se os cartuchos, com o estopim em cima, em latas de altura apropriada, e regam-se os mesmos cartuchos com uma quantidade de componente liquido correspondente a seu peso.

No fim de cinco a dez minutos, os cartuchos se acham ombebidos do liquido e promptos para a explosão.

Os cartuchos do explosivo «Donar» são dotados de cavidades moldadas em sua massa e destinadas a receber quer as capsulas ou escorvas fulminantes, quer os pistons inoffensivos de W. Kirsanow, nos quaes se introduziu previamente o estopim de Rikford, e fecha-se depois o orificio do cartucho por meio de cordões de que é dotado cada cartucho prompto para ser empregado.

Póde-se guarnecer um furo de mina de diversos cartuchos «Donar»; deve-se, porém, ter o cuidado de introduzir em ultimo logar aquelle que foi preparado para a explosão; onchem-se depois por meio de agua ou areia os intervallos vazioes do buraco, e finalmente accende-se a extremidade livre do estopim.

Explode então o cartucho preparado para a explosão, a qual produz ao mesmo tempo a explosão da carga inteira.

Póde-se tambem obter a explosão por meio de capsulas electricas.

Em resumo, reivindicamos como pontos o caracteres constitutivos da invenção:

1º, um explosivo inoffensivo «Donar» formado de dous componentes separadamente não explosivos, que são:

a) uma mistura mecanica de sal Bertholet (K C O³) e permanganato de potassa (K Mn O⁴), com ou sem addicção de 2 a 10% de bichromato de potassa (K² Cr² O⁷), comprimindo-se o conjuncto em cartuchos de papel ou metal;

b) uma mistura liquida de nitrobenzol (C⁶ H⁵ NO²) e essencia de therebintina (C¹⁰ H¹⁶), nas proporções indicadas, de modo a se effectuar no proprio logar da operação a humectação dos cartuchos com o componente liquido, 15 minutos, pouco mais ou menos, antes do emprego dos cartuchos, e se produzir a explosão, quer por meio de escorvas fulminantes, quer por meio dos pistons inoffensivos de W. Kirsanow aos quaes se põe fogo, quer por meio de um estopim ou de capsulas electricas de fio encandescente;

2º, para o novo explosivo reivindicado acima, o emprego de cartuchos communs de papelão, papel, etc., impregnados de colla de peixe á qual se addicionou bichromato de potassa, substancialmente como se descreveu acima.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1901.—Como procuradores, Jules Géraud, Leclerc & Comp.

N. 3.325 — Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio, durante 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para Nova lampada a acetylene, denominada lampada Camões. Invenção de Manoel Teixeira de Azevedo, domiciliado nesta Capital Federal.

A invenção tem por objecto uma lampada a acetylene caracterizada por um deposito de carbureto, onde se gera o acetylene. O recipiente de preferencia cylindrico e oblongo, trazendo na sua parte superior fechada um bico para illuminação emquanto a sua parte inferior é fechada por uma rolla atravessada por uma torcida, cujas extremidades se projectam respectivamente para fóra e para dentro do dito recipiente. A immersão da parte inferior do recipiente em pé, dentro da agua de um vaso qualquer, determina dentro do mesmo recipiente, graças á acção capillar da torcida, a humidade necessaria á formação do gaz.

No desenho anexo as figs. 1 e 3 representam em secção axial, respectivamente, o conjuncto de cada uma de duas fórmulas de

construção de lampada, realizando a invenção. As figs. 2 e 4 mostram as peças separadas dos conjunctos das figs. 1 e 3 respectivamente.

Referindo-me ás figs. 1 e 2: A é um vaso destinado a conter agua e e em cuja bocca 1 descansa, em pé, o recipiente gerador B ou depósito de carbureto. Este recipiente, preferivelmente cylindrico e oblongo, é fechado, na parte superior, pelo chapéo 3, trazendo o bico 4 de iluminação. A aba 5 do chapéo fórma o assento de descanso do recipiente B na bocca 1 do vaso.

O fundo do recipiente traz um orifício 6, de carregamento e limpeza, que se fecha por uma rolha amovível 7 a qual se mantém em posição, no dito orifício, pelo atrito que exerce na parede do 6' do mesmo; essa rolha, que pôde ser de madeira, cortiça, borracha ou de outra qualquer materia apropriada, traz um furo 8 atravessado por uma torcida 9, allí convenientemente apertada e que projecta suas extremidades para dentro e para fóra do recipiente B; podendo a extremidade de fóra, querendo-se, accommodar-se em um rebaixo 10 da rolha. A rolha e a torcida podem ser resguardadas por um chapéo amovível 11, de paredes furadas, que se adapta na extremidade do recipiente e serve de assento ao mesmo quando este é removido da bocca do vaso A.

No chapéo 5 existe um funil crivado de furos pelos quaes o gaz, indo do recipiente para o bico 4, passa para secar e purificar-se.

Estando o recipiente carregado de carbureto e a rolha fechando hermeticamente o orifício 6, provoca-se (graças á capillaridade da torcida, a formação do gaz, no recipiente, immergindo-se a extremidade do mesmo na agua do vaso A ou de qualquer outro.

A fórma de construção representada figs. 3 e 4 permite carregar o recipiente sem que para isso haja necessidade de remover a rolha 7; para esse fim o recipiente B é provido de um bocal 13, com arruela de guarnição 15, no qual, depois de se ter carregado o recipiente, se colloca a parede crivada 16 e se aparafusa, a fundo, o chapéo 14. No orifício de pé 17, do bico 4, se aparafusa um tubo 18, projectando-se da camara 19 de fundo cheio 20 e de paredes 21 furadas.

O gaz, vindo do recipiente B, atravessa a parede 16, a camara 20 e o tubo 18 em demanda do bico 4, tornando-se, neste trajecto, secco e isento de particulas solidas.

Convem notar que, pelo emprego de uma rolha fechando o recipiente-gerador, do modo descripto, fica removido todo e qualquer perigo de explosão, pois que, um excesso de pressão no dito recipiente, teria apenas como resultado expellir a rolha do orifício 6, dando-se assim livre expansão ao gaz contido no aparelho.

Em resumo, reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

Em uma nova lampada a acetylene, denominada «Lampada Camões»:

1º, um gerador de gaz acetylene caracterizado por um recipiente como B, destinado a conter carbureto, fechado na sua parte superior, por um chapéo, como 3, fig. 1, trazendo o bico de iluminação, e dotado na parte inferior de um orifício, como 6, de carga e de lavagem combinado com uma rolha de atrito, como 7, com rebaixo 10 e furo 8 atravessado por uma torcida 9 cujas extremidades se projectam respectivamente para fóra e para dentro do recipiente;

2º, no recipiente B, um funil crivado de furos como 12 e um chapéo de protecção e assento como 11;

3º, com o recipiente B, a combinação de um bocal, como 13, trazendo uma arruela de guarnição 15; um chapéo amovível aparafusado no bocal; uma parede, como 16, crivada de furos, uma camara de passagem e de separação como 19;

4º, com o recipiente B a combinação de um vaso de immersão e supporte como A.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1901.—Como procuradores, Jules Géraud, Leclerc & Comp.

N. 3.326 — Memorial descriptivo, acompanhando um pedido de privilegio, durante 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para um systema de divertimentos movidos por electricidade denominado «Animas electricos»

A invenção tem por fim fazer mover com tração electrica sobre trilhos cavallos de madeira ou metallicos, outros animaes, carros, trolies, velocipedes e tudo mais quanto se preste a divertimentos dessa especie, que serão montados pelo publico que frequentar esses divertimentos, correndo esses em linha recta de qualquer distancia, desvios, curvas, circulos ou em zig-zag, passando uns pelos outros, podendo correr desligados, isto é, cada um de per si, em circulo separado, ou ligados, como se vê no plano junto, com qualquer numero de animaes, carros, trolies, e velocipedes, com velocidade igual ou desigual, tendo ou deixando de ter movimentos nas mãos, pés, pescoço, corpo e cauda, assim como, funcionarem com haste suspensa sobre linha de trilhos superiores, correm em rolos ou rodas, sobre tilhos, placas, ou barras com ou sem rodas.

Descripção technica:

Os «animas electricos» consistem em trolies de ferro A A' A'' A''' levando nos centros uma ou mais astes ou cano de ferro, si for conveniente, por onde passará o mecanismo que dará articulação aos animaes, supportando essas o cavallo e ou outros animaes carros, trolies, ou velocipedes. O trollie A que funciona como carro rebocador será composto das seguintes peças:

N. 1, astrado e ferro;

N. 2, brackets para receber os mancaes e as molas de aço;

N. 3, mancaes;

N. 4, molas de aço;

N. 5, eixo e jogo de rodas;

Ns 6, motor electrico;

N. 7, rodete que, transmite o movimento á roda dentada;

N. 8, fixada a um eixo do trolly;

N. 9, haste de communicação da electricidade que estará em contacto com o trilho do centro D, conductor da electricidade, convenientemente isolado;

N. 10, haste de junção com os outros trolies, munido de opposito para-choques, tendo articulação lateral, para facilitar o movimento nas curvas;

Os trolies restantes A' A'' A''' terão a mesma construção do trolly A, e serão formados com peças iguaes ás mencionadas, podendo ter ou não motor, como mostra o desenho.

Os ditos trolies correrão sobre linha de trilhos de ferro E, assentes sobre dormentes de madeira F, F', F'', F''', etc., convenientemente distanciados.

Para cobrir a halla G, onde os trilhos deverão correr, será construida uma plataforma H de madeira ou outro qualquer material, assente sobre trilhos de ferros, presos no solo por chumbadores de ferro R.

A condução da electricidade será feita directamente do dynamo por meio de cabos subterraneos convenientemente collocados até o trilho central D.

Em resumo, reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

1º, correrem os cavallos ou outros animaes, carros, trolies e velocipedes em linha recta de qualquer distancia, curvas, desvios ou em zig-zag;

2º, serem os cavallos, ou outros animaes, etc., movidos por electricidade;

3º, passarem os cavallos, outros animaes etc., uns pelos outros;

4º, correrem os cavallos, outros animaes, etc., desligados, isto é, cada um de per si ou ligados uns aos outros, como se vê no plano junto;

5º, correrem os cavallos, outros animaes, etc., em circulos separados;

6º, correrem os cavallos, outros animaes, etc., com velocidade igual ou desigual;

7º, correrem os cavallos, outros animaes, etc., com ou sem movimento nos pés, mãos, pescoço, corpo e cauda;

8º, correrem em rolos ou rodas sobre trilhos, placas, com ou sem rodas, e trilhos lateraes;

9º, correrem os cavallos, outros animaes, etc., com haste suspensa sobre linha de trilhos, barras, ou placas superiores.

Capital Federal, 19 de abril de 1901.— Jorge Augusto Petiz.

ANNUNCIOS

Banco de Credito Real do Brazil

Ficam suspensas as transferencias de acções até o dia 27 do corrente, em que terá logar a assembléa geral ordinaria, devendo os Srs. possuidores de acções ao portador depositar-as na thesouraria deste banco até o dia 24 do corrente.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1901.—Honorio Augusto Ribeiro, presidente.

Banco de Credito Real do Brazil

Convoco os Srs. accionistas para a sessão ordinaria de prestação de contas e eleição da directoria e commissão-fiscal, que deverá ter logar no dia 27 do corrente, a 1 hora da tarde, no edificio do banco, á rua Primeiro de Março.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1901.—Honorio Augusto Ribeiro, presidente.

Estrada de Ferro Oeste de Minas

EM LIQUIDAÇÃO FORÇADA

Os syndicos fazem publico que a commissão nomeada pelo Exm. juiz da liquidación, para a verificação provisoria dos creditos, acha-se á disposição dos interessados, no Banco Allemão, até ao dia 25 do corrente, de 1 ás 2 horas da tarde.—Os syndicos, Carlos Borges Monteiro.—J. Carl Heins.

Cooperativa Militar do Brazil

Não se tendo verificado hoje, por falta de numero, a sessão da assembléa geral ordinaria desta sociedade, convido de novo os Srs. accionistas para se reunirem no dia 25 do corrente, no edificio sito á praça Tiradentes, gentilmente cedido pela digna directoria do Derby Club, afim de tomarem conhecimento das contas do anno findo e procederem á eleição do novo conselho fiscal e seus suplentes.

Outrossim, previno aos Srs. accionistas que, sendo esta a 2ª convocação, a assembléa deliberará com qualquer numero, na fórma da lei.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1901.—O director-presidente, general L. Mendes de Moraes.

Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1901